

PS MODERNIZA-SE E ABRE AO EXTERIOR



Na reunião da Comissão Nacional do passado sábado o Partido Socialista concluiu o processo de alteração de Estatutos que vai permitir uma nova fase no relacionamento com militantes e simpatizantes. A partir de agora estão abertas as portas para o funcionamento das cibersecções e para a intervenção dos simpatizantes na vida interna do partido.

► Páginas centrais

ENTREVISTA A
PEDRO SILVA PEREIRA

**ABANDONO
DA CO-INCINERAÇÃO
SEM ALTERNATIVAS
REVELA
IRRESPONSABILIDADE
TOTAL**

► Página 9



**FERRO VAI DEFENDER NA
INTERNACIONAL SOCIALISTA
REGULAÇÃO INTELIGENTE
DA GLOBALIZAÇÃO**

► Página 15

QUINTA DA FALAGUEIRA

**CRAVINHO ACUSOU GOVERNO
DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA**

► Página 5

A SEMANA REVISTA

Realizou-se no fim-de-semana passado a reunião da Comissão Nacional do Partido Socialista, que aprovou a redacção final da Declaração de Princípios e dos estatutos, bem como o calendário eleitoral dos congressos federativos de 5 e 6 de Abril.

A Secção do PS/Benfica organizou um debate-conferência sobre a nova Declaração de Princípios do partido, que contou com a presença do camarada Augusto Santos Silva.

O Partido Socialista obteve uma importante vitória política ao conseguir o recuo do Governo relativamente a alguns dos aspectos mais gravosos para os trabalhadores contidos na proposta de Código do Trabalho.

Os socialistas também marcaram pontos na Assembleia da República ao verem consagrados na resolução sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento os seus pontos de vista sobre esta temática.

O deputado Carlos Luís e os presidentes das Federações do PS/Benelux e PS/Suíça acusaram, em conferência de Imprensa, o Executivo de estar a dismantelar as estruturas de apoio às comunidades.

Mário Soares é o primeiro subscritor de um manifesto contra a guerra no Iraque, divulgado na passada semana, em que se denuncia os interesses que estão por detrás daqueles que defendem uma intervenção armada naquele país.

Foi conhecida a proposta franco-alemã de dupla presidência da UE, que causou mal-estar junto daqueles que defendem a igualdade entre Estados e o princípio de rotatividade.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

CONVERSA DA TRETA

ANTOONIO COLAÇO



EDITORIAL

NOVOS ESTATUTOS, NOVA DINÂMICA

A Comissão Nacional do passado dia 11 de Janeiro, cumprindo o mandato que lhe foi conferido pelo XIII Congresso, discutiu e aprovou muitas e significativas alterações aos Estatutos do Partido Socialista. Assim se concluiu um processo longo e participado de mudança na estrutura e funcionamento do PS, cujas linhas de força fundamentais são a modernização e a renovação do partido.

Vale a pena assinalar quatro domínios em que estas linhas de força tiveram concretização mais evidente e de maior impacto.

O primeiro é o alargamento do número daqueles que trabalham no e com o PS, a flexibilização das suas formas de trabalho e a acentuação da lógica de abertura do PS aos cidadãos. Os Estatutos consagram a figura do simpatizante, com importantes direitos de informação e participação na actividade partidária, e valorizam a integração de independentes no Gabinete de Estudos e nos clubes de política patrocinados pelo PS.

O segundo domínio é a reorganização da actividade interna e da intervenção pública, abrindo múltiplos caminhos para a adesão individual e a acção colectiva. Fica bem vinculada a estrutura dupla da organização do PS: uma estrutura de base territorial, assente nas secções de residência, e uma estrutura de base sectorial, em que às secções de acção sectorial (que organizam os militantes por lógica de empresa, serviço ou sector de actividade) se juntam as secções temáticas (que os organizam por temas e áreas de políticas) e as secções de duração limitada (centradas em objectivos políticos precisos e circunscritos no tempo). Ficam também previstas formas de coordenação nacional das secções sectoriais e temáticas. Se acrescentarmos a este leque as cibersecções, verificaremos a plasticidade e a riqueza de formas de organização e intervenção que assim se consegue.

O terceiro domínio é a coesão interna do partido. Entre as várias disposições de modernização organizativa, destaco naturalmente a consagração da distribuição do «Acção Socialista» a todos os militantes. Mas a gestão central de dados e ficheiros, no plano da organização, e a redução do número e da dimensão dos órgãos de direcção do PS, assim como a clarificação da natureza executiva do Secretariado Nacional, cabendo à Comissão Política, reunindo frequentemente, o papel essencial na direcção política, constituem factores importantíssimos de eficácia, coesão e democraticidade na acção do PS.

Finalmente, o quarto domínio diz respeito às condições de renovação da estrutura dirigente. Os novos Estatutos determinam a limitação de mandatos nos órgãos executivos e impedem a sua acumulação, ao mesmo tempo que reduzem as inerências nos órgãos de direcção e fazem subir

para um terço a quota de representação das mulheres. Criam, assim, condições únicas para combater a eternização de pessoas nos cargos e para estimular a circulação dos militantes pelas funções de responsabilidade, abrindo oportunidades de renovação.

Do processo de alteração dos Estatutos, não resultou, é bom que se perceba, um novo partido. O PS é o mesmo de sempre: um partido enraizado na sociedade e no povo português, empenhado na causa do socialismo democrático. Mas criaram-se condições para uma profunda mudança nos métodos de organização e intervenção do PS. Com um sentido claro: mais responsabilidades para mais militantes, maior capacidade de intervenção, maior proximidade aos cidadãos.

Do processo de alteração dos Estatutos, não resultou, é bom que se perceba, um novo partido. O PS é o mesmo de sempre: um partido enraizado na sociedade e no povo português, empenhado na causa do socialismo democrático.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

DEBATE PARLAMENTAR

PS REITERA OPOSIÇÃO AO CÓDIGO DO TRABALHO

A proposta de Código de Trabalho, pelas suas opções de base, deve ser abandonada “se não se quiser pôr a autoridade do Estado ao serviço da americanização das relações de trabalho, do enfraquecimento dos mecanismos de representação dos trabalhadores e da negociação colectiva nas empresas”. A advertência foi feita por Paulo Pedroso, no âmbito do debate parlamentar sobre legislação laboral, realizado ontem.

Para o deputado socialista, a nova legislação laboral que o Governo quer fazer aprovar na Assembleia da República consegue ser, ao mesmo tempo, “excessivamente interventora e desregulamentadora, promovendo, por dois mecanismos opostos, a individualização das relações de trabalho, que sempre foi adversária do direito do trabalho”.

“Esta proposta é adversária da negociação colectiva e inimiga do sindicalismo, afastando-nos mais ainda de um dos pilares do modelo social europeu e da tradição da Europa continental de investimento na autonomia e na negociação colectiva”, afirmou Pedroso,



para quem o Executivo ainda vai a tempo trabalhar em prol de uma boa lei laboral.

Depois de denunciar que “a proposta de lei n.º 29/IX, que deu entrada na Assembleia da República, já não existe”, no que se refere a grande parte das suas normas, o parlamentar socialista aconselhou a maioria a não teimar demasiado na sua viabilização, pois, reafirmou: “Da nossa parte, merece uma simples e inequívoca reprovação”.

“De recuo em recuo, o Governo demonstrou que não tem uma ideia clara sobre o conteúdo a dar a uma reforma do mercado de trabalho que consideramos necessária”, explicou.

Os socialistas, declarou Paulo Pedroso, entendem que uma Convenção Colectiva de Trabalho não pode aplicar-se por decisão individual de um trabalhador, encorajando-o assim a não se sindicalizar.

“Defendemos que os trabalhadores devem ser ouvidos, anualmente, nas empresas de maior dimensão, sobre emprego, formação profissional, higiene e segurança no trabalho, tempo de trabalho, salários efectivos

e protecção social complementar”, disse, reivindicando de seguida “que a adaptabilidade do horário de trabalho é um assunto de empresa e não de um trabalhador individual”.

Na opinião de Paulo Pedroso, o diploma que esteve em discussão, ontem, no Parlamento, já tinha a morte anunciada pelo seu próprio proponente.

“O Governo apresentou um anteprojecto extremista, cheio de normas que existiam para serem retiradas”, denunciou, recordando que, paulatinamente, foram sendo retiradas, uma a uma, as mais exageradas e reformuladas as mais contestadas.

Apontando para a precipitação e o amadorismo da maioria nesta matéria, Pedroso destacou o esforço empreendido pelo PS e os parceiros sociais no sentido de serem retiradas do diploma as “provocações” e “corrigidos os disparates maiores”, incluindo-se questões como a higiene e segurança no trabalho e a formação profissional.

MARY RODRIGUES

CÓDIGO DO TRABALHO

PS CONSEGUE RECUO DO GOVERNO

As alterações propostas pelo Governo ao Código do Trabalho traduzem um “claro recuo” face ao inicialmente proposto,

Para o deputado socialista Rui Cunha, o “recuo” é visível em matérias como o despedimento e traduz, também, uma “aproximação” às propostas apresentadas pelo PS a semana passada.

O parlamentar sustentou também que a atitude do Executivo “significa” que, tal como o PS sempre disse, “houve precipitação clara do Governo na forma como conduziu o processo” de revisão da legislação laboral.

“Este já é o segundo recuo”, sustentou Cunha, ao salientar que a 15 de Janeiro os deputados votariam na generalidade “um nado morto”, ficando o PS na “expectativa de novos recuos que se venham a traduzir numa debandada relativamente ao projecto inicial”.

Rui Cunha considerou que o Governo ao introduzir alterações aos motivos de justa causa de despedimento vêm confirmar aquilo que o PS sempre disse, de que o combate ao absentismo fraudulento não se fazia através destas alterações e que toda a propaganda feita pelo executivo sobre essas alterações não tinha o menor sentido”.

Apesar das alterações, o antigo secretário de Estado dos governos socialistas sublinhou, no entanto, que a proposta de Código do Trabalho “continua a conter dispositivos que o PS considera inaceitáveis”.



Numa primeira leitura, Rui Cunha avança exemplos como os que respeitam aos contratos a termo, sustentando que a proposta do Governo “é uma mera operação de cosmética”.

“A única alteração que faz é substituir um período de seis anos por dois de três anos”, explicou. Quanto ao trabalho nocturno, continuou “para aqueles que já trabalham anoitece às 20 horas e para os que vão começar a trabalhar a noite só irá começar a partir das 22 horas”.

“Trata-se de mais um claro ataque aos jovens, que desempenhando as mesmas tarefas e durante o mesmo período, verão diferenciado o seu salário”, considerou.

Rui Cunha lamentou ainda que a proposta “continue a prever a caducidade de uma qualquer convenção colectiva de trabalho sem garantir a sua substituição, o que poderá conduzir trabalhadores à desprotecção de qualquer convenção colectiva”.

De lamentar é também que o Código do Trabalho preveja a possibilidade de uma organização sindical “renunciar ou limitar” o direito à greve dos seus associados pois, “para além de levantar sérias reservas em matéria constitucional, é eticamente reprovável”.

“Esperamos que o *nado morto* renasça com as propostas socialistas e que Governo continue em recuos sucessivos até que possamos ter a renovação da legislação laboral que o país carece e sirva os interesses de trabalhadores e de empregadores”, concluiu.

PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

SOCIALISTAS MARCAM PONTOS

Com a abstenção do PS, foi aprovado, na Assembleia da República, o Programa de Estabilidade e Crescimento. Conforme noticiamos na edição anterior, os socialistas, sobre este tema, apresentaram um vasto conjunto de propostas, incluídas num projecto de resolução e que foram depois acolhidas no documento final.

O deputado do PS João Cravinho garantiu que os socialistas “ganham espaço” ao subscreverem um documento comum com o PSD e o CDS/PP.

Segundo Cravinho, apenas um dos pontos da resolução é da autoria do Governo – o que aponta para o apoio ao Programa de Estabilidade e Crescimento – e esse foi viabilizado pelo PS

“Tal como o partido sempre pretendeu, há já um acordo para que as contas públicas de 2002 e dos anos seguintes sejam analisadas da mesma forma (por uma comissão de peritos) e à luz dos mesmos critérios que foram aplicados ao Orçamento de Estado de 2001”, sustentou o ex-ministro.

João Cravinho sublinhou ainda que, “pela primeira vez, o Governo reconheceu a orientação defendida pelo PS, no sentido de



se rever o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia”.

“Com o projecto de resolução o PS não fica amarrado. Pelo contrário, o projecto de resolução amarra o Governo a cumprir o seu

conteúdo”, disse, antes de sublinhar que os socialistas “defendem uma política europeia conhecida”.

“O PS defende a consolidação das finanças públicas, a reforma da despesa pública, mas,

também, uma política de investimento e de crescimento”, referiu.

O projecto de resolução sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento comum ao PS e aos partidos da maioria aprovado, quinta-feira, no Parlamento, com a oposição do PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”.

Apesar de ser subscritor do projecto aprovado, na votação final global da resolução, a bancada socialista optou pela abstenção, sentido de voto que repetiu no ponto três do documento referente ao apoio da Assembleia da República ao teor do Programa de Estabilidade e Crescimento do Governo.

Excepção feita ao ponto três e à votação final global, PSD, PS e CDS-PP conseguiram o consenso na aprovação da resolução.

Os projectos de resolução do PCP e do Bloco de Esquerda sobre o Programa de Estabilidade e Convergência foram rejeitados pelas bancadas da maioria.

O PS votou favoravelmente o projecto de resolução do Bloco de Esquerda – que também contou com o apoio das duas deputadas de “Os Verdes” e do PCP –, mas optou pela abstenção em relação à proposta dos comunistas.

M.R.

QUINTA DA FALAGUEIRA

CRAVINHO ACUSA GOVERNO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O processo de alienação de património do Estado que o Governo encetou para dar cobertura às metas previstas para o défice orçamental do ano de 2002 tem aspectos pouco conhecidos. Por isso, por iniciativa da bancada do Partido Socialista, a ministra das Finanças foi à Comissão Parlamentar de Economia prestar esclarecimentos sobre as alienações realizadas pelo ministério, a natureza concreta dos actos, as entidades envolvidas, as receitas obtidas e demais condições de cada um dos negócios.

O deputado socialista João Cravinho fez a intervenção mais dura do debate de ontem, na presença de Manuela Ferreira Leite, denunciando que o Governo, ao tornar-se "especulador imobiliário" na venda da Quinta da Falagueira, contraria o que definia no seu programa eleitoral, ou seja, o princípio de que o Estado devia diminuir o seu peso na actividade económica. Mas as críticas do ex-ministro do PS não se ficaram por aqui. Para Cravinho, a venda da Falagueira pelo Estado ao próprio Estado "deu uma ajuda importantíssima à corrupção". O parlamentar do GP/PS criticou também a atitude do primeiro-ministro ao usufruir de umas



férias no Brasil oferecidas pelo empresário João Pereira Coutinho, sublinhando que "até Marcelo Rebelo de Sousa disse ser uma imprudência" a actuação do chefe de Governo. João Cravinho considerou que Durão Barroso não deve repetir tal comportamento e sustentou que, tendo funções públicas, o primeiro-ministro "deve ser prudente", prevenindo que a "má fé tenha campo livre" e que se levem suspeitas.

Criticado injustamente pelo PSD por ter usado da palavra para proferir acusações enquanto presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Cravinho pediu ao deputado da maioria António Preto que assumisse a condução dos trabalhos, respondendo às interpelações já na qualidade de deputado e sugerindo ao PSD que pedisse a sua demissão. Foi neste acalorado contexto de discussão que Manuela Ferreira Leite tentou desdramatizar o polémico caso das alienações do património público, mas sobre o papel de especulador imobiliário assumido pelo Executivo, a ministra pouco disse, recusando apenas tal epíteto. Recorde-se que, a semana passada, o líder dos deputados socialistas subscreveu um requerimento em que se considerava "urgente" que o Governo comunicasse à Assembleia da República a "lista integral e pormenorizada" de todos os tipos de alienações realizadas pelo Ministério das Finanças. No caso específico da Quinta de Falagueira, na Amadora, um outro requerimento, desta feita assinado pelo deputado socialista Miguel Coelho, exigia que Manuela Ferreira Leite fosse à Comissão Parlamentar de Economia explicar os contornos da venda. A par do pedido de audição da ministra, os socialistas exigiam que Ferreira Leite prestasse também esclarecimentos sobre as condições em que foi realizado o negócio, "a quem foi vendido" o terreno e "por que valor". Dada a natureza do imóvel em questão, os deputados do PS consideraram necessário salvaguardar "o conjunto de investimentos com a construção de equipamentos públicos" que está previsto para aquele terreno,

"independentemente da propriedade do terreno". Por isso, a bancada socialista pretendia que a ministra das Finanças esclarecesse se "foram salvaguardas no processo de alienação da Quinta da Falagueira as parcelas de terreno anteriormente identificadas pela Câmara Municipal da Amadora" para a instalação daqueles equipamentos. A polémica em torno da quinta da Falagueira surgiu após notícias de que a propriedade fora vendida ao empresário Vasco Pereira Coutinho, irmão de João Pereira Coutinho, amigo pessoal do primeiro-ministro, Durão Barroso. Durante a Comissão Nacional do PS, Ferro Rodrigues adiantou que os socialistas pediriam esclarecimentos ao Governo sobre os contornos do "negócio" da Quinta da Falagueira, denunciando existirem contradições nas posições do Governo. Segundo o líder socialista, o Ministério das Finanças devia esclarecer o negócio da Quinta da Falagueira, explicando "em que moldes houve a participação de uma parte privada, numa transacção que teve do lado do comprador e do vendedor entidades públicas". "Queremos saber qual a razão da participação dessa entidade privada em concreto e por que razão não foi outra, que vantagens essa transacção teve para o Estado e que conseqüências terá para a autarquia local", disse. Ainda sobre a Quinta da Falagueira, Ferro Rodrigues fez questão de salientar que "estão em causa bens públicos e património muito importante para a Câmara da Amadora".

M.R.

PS DENUNCIA

EXECUTIVO NÃO TEM ALTERNATIVA À CO-INCINERAÇÃO

A política ambiental em Portugal está parada. O PS quer que o Governo explique ao Parlamento as razões que o levaram a não cumprir a promessa calendarizada de dar uma solução alternativa ao problema dos resíduos industriais perigosos, exigindo-lhe ainda a apresentação e implementação de um "programa de emergência".

Nove meses volvidos desde a tomada de posse do actual Executivo, a bancada socialista faz um balanço negativo da política pública para as questões ambientais, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento dos resíduos industriais perigosos. O deputado Pedro Silva Pereira, numa declaração política que proferiu, a passada quinta-feira, na Assembleia da República, denunciou a falta de coragem governativa no caso do tratamento dos resíduos e acusa o Executivo de se ter limitado a recuar em matéria de preservação do ambiente. Para Silva Pereira, Portugal regrediu em

matéria ambiental, uma vez que antes "o País tinha uma solução, um caminho profundamente debatido na sociedade portuguesa, confirmado técnica e cientificamente" que era a co-incineração. "A partir da tomada de posse do actual Governo temos assistido apenas a recuos, desorientação, adiamentos e, sobretudo, lixo, muito lixo perigoso por tratar, ameaçando o ambiente e pondo em risco a saúde pública", alertou. Recordando o compromisso político de Durão Barroso, Pedro Silva Pereira disse que Executivo de direita faltou, mais uma vez, à

palavra dada aos portugueses de abandonar a co-incineração, promover o oitavo inventário dos resíduos e apresentar ao País, até ao final do ano passado, uma nova solução para o tratamento dos resíduos industriais perigosos. "Hoje é ainda mais clara total irresponsabilidade do Governo ao ter abandonado a co-incineração", afirmou, acrescentando que embora seja consensual a prioridade dada à redução, reutilização e reciclagem, "isso não diminui em nada a urgência de uma resposta para aqueles resíduos".

M.R.

PS QUESTIONA EXECUTIVO SOBRE ACTUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

A violência registada no passado sábado nos jogos da Super Liga entre as equipas do Sporting-Porto e Guimarães-Benfica motivou a entrega de um requerimento por parte do deputado Fernando Cabral

No documento entregue na mesa da Assembleia da República, Fernando Cabral recorda que no "jogo Sporting-Porto, os ocupantes de uma das bancadas foram agredidos sem razão aparente", frisando que tudo isto se passou numa situação em que "os efectivos policiais eram imensos, sendo a sua presença notada logo que se chegava às imediações do estádio onde se realizou o jogo".

Por outro lado, no encontro entre as equipas do Guimarães e do Benfica, "foi lançado um petardo de uma das bancadas tendo ferido um jogador e outros agentes presentes na zona onde se deu o seu rebentamento".

Neste contexto, Fernando Cabral, questiona o ministro da Administração Interna sobre o dispositivo montado pela PSP para o jogo Sporting/Porto e ainda sobre o tipo de actuação por parte das forças policiais.



O parlamentar socialista pergunta ainda que "partindo do princípio que as forças eram adequadas à situação, quais as razões para os incidentes verificados neste jogo com os

espectadores da Bancada Superior Sul". Em relação ao jogo Guimarães-Benfica o signatário do requerimento quer saber se as forças de segurança mobilizadas para o desafio

eram as ajustadas e se tinham experiência neste tipo de actividade.

Por último, Fernando Cabral questiona o Executivo sobre quais as razões apontadas pela GNR para a entrada do petardo no estádio e, por último, se estão programadas algumas acções, para que a actuação das forças de segurança seja mais eficaz nos estádios de futebol.

Entretanto, Fernando Cabral em conjunto com Pina Moura entregou um outro requerimento na Mesa da Assembleia da República dirigido ao Governo sobre os apoios governamentais às associações de bombeiros voluntários do distrito da Guarda.

Os parlamentares do PS querem saber que ajudas estão previstas por parte do Executivo no ano de 2003, para a construção dos quartéis de bombeiros das localidades de Gonçalo e Loriga.

Fernando Cabral e Pina Moura perguntam ainda ao ministro da Administração Interna se, para além destes dois equipamentos, estão previstos nesta área mais alguns apoios para os soldados da paz do distrito.

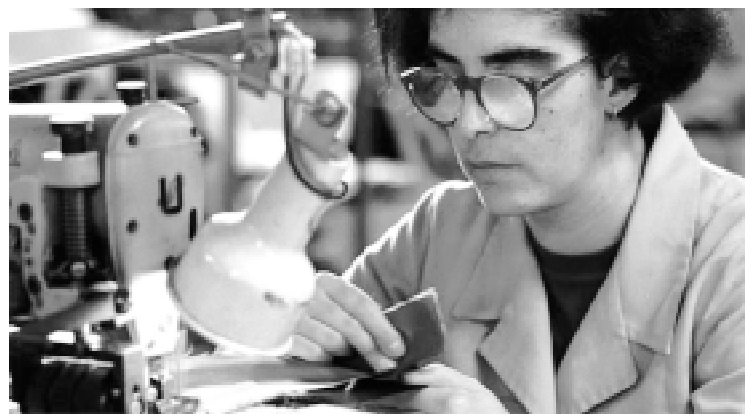
FIGUEIRÓ DOS VINHOS

SOCIALISTAS EXIGEM CONTRAPARTIDAS PARA TRABALHADORAS TÊXTEIS

O Partido Socialista exigiu na Assembleia da República medidas ao Governo que impeçam o fim da fábrica de têxteis "Gerry Weber", de Figueiró dos Vinhos, ou, em contrapartida, que encontre uma solução para as trabalhadoras. Num requerimento entregue ao presidente da Assembleia da República, o deputado e presidente da Federação Distrital de Leiria, José Miguel Medeiros, mostrou-se preocupado com a situação social naquele concelho depois da

empresa "Gerry Weber", pertencente a um grupo alemão, ter negociado com as 140 operárias a rescisão dos contratos, alegando que iria abandonar os investimentos em Portugal.

Miguel Medeiros defendeu ainda uma "rápida reinserção socioprofissional" das trabalhadoras, que possuem em média baixos níveis de escolaridade e muitas dificuldades no mercado de emprego.



No documento, o deputado socialista defende que "a situação é tanto mais grave, já que, de acordo com o que foi possível apurar, aquela unidade empresarial terá beneficiado de

significativos incentivos do Estado português, destinados ao apoio ao investimento, à criação de postos de trabalho e à formação profissional".

APOLINÁRIO PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE CONFLITOS COM PESCADORES ESPANHÓIS

O deputado socialista José Apolinário entregou um requerimento na mesa da Assembleia da República, em que pede esclarecimentos ao Governo sobre os conflitos com pescadores espanhóis a operar ao abrigo do Acordo Fronteiriço do Guadiana.

De acordo com o parlamentar socialista, "estes incidentes têm-se repetido com diversos níveis de gravidade, aproveitando a diferente perspectiva dos dois Estados-membros quanto às sanções a aplicar em situações de infracção,

naquela que é uma das matérias controvertidas nas diversas negociações sobre a pesca nas zonas fronteiriças do Minho e do Guadiana".

No requerimento, Apolinário questiona o Governo, através do gabinete do primeiro-ministro, sobre se vai aceitar o aumento do esforço de pesca em águas nacionais, repetidamente solicitado pelas autoridades espanholas.

José Apolinário quer também saber se o Executivo tem prevista a reunião do comité de pesca hispano-português, constituído por

representantes da Administração e do sector pesqueiro.

O ponto da negociação com as autoridades espanholas relativo à criação de um instrumento jurídico bilateral que regule o controlo e a sanção de infracções no quadro dos Acordos Fronteiriços é outra das preocupações que o deputado eleito pelo círculo do Algarve gostaria de ver esclarecido.

Para o parlamentar socialista, é importante que o Governo esclareça se vai ou não propor a

obrigatoriedade de instalação de um sistema de controlo GPS nas embarcações a partir de uma dada dimensão a operar no quadro deste acordo, com acesso recíproco às informações por parte das autoridades de fiscalização e da administração dos dois Estados-membros.

José Apolinário pede ainda ao Governo que confirme a aquisição por armadores não nacionais de embarcações de pesca portuguesas licenciadas para a captura de bivalves no Algarve.

CARLOS LUÍS ACUSA

GOVERNO DESMANTELA ESTRUTURAS DE APOIO ÀS COMUNIDADES

O deputado socialista pelo círculo da Europa, Carlos Luís, acusou o Governo de ter delineado e estar a pôr em prática uma política de "destruição e desmantelamento" das estruturas e sistemas de apoio às comunidades portuguesas, "com uma intensidade que já atingiu índices ciclónicos".

"Passados dez meses da tomada de posse do actual Governo do PSD/PP, os portugueses residentes no estrangeiro vêem-se confrontados com a maior crise de desânimo e desalento que jamais se instalou nos seus espíritos, depois do 25 de Abril", disse.

Numa conferência de Imprensa, no Largo do Rato, destinada a fazer um balanço da política governamental relativa às comunidades, Carlos Luís afirmou que os portugueses residentes no estrangeiro sentem-se "humilhados, revoltados e abandonados".

É que, sublinhou, o Executivo tem vindo a promover "um ciclo de destruição" na área das comunidades portuguesas, que passa pela extinção das delegações regionais da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, por ter metido na gaveta o apoio social aos emigrantes instituído pelos governos socialistas, por uma gestão caótica do ensino do português no estrangeiro, pela destruição consular, e pela aniquilação anunciada do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Carlos Luís, encontrava-se acompanhado por Paulo Pisco e Manuel de Melo, respectivamente,



presidentes das federações do Benelux e da Suíça, que também usaram da palavra, para criticar o Governo. Na ocasião, Paulo Pisco anunciou que o PS vai criar um Departamento de Emigração, vocacionado para acompanhar as políticas para as comunidades do Governo e dar

apoio às estruturas do partido na emigração. Criticando a extinção das delegações regionais da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, Carlos Luís referiu que "para poupar cerca de 27 mil contos, a Secretaria de Estado das Comunidades encerrou oito das nove delegações

regionais dos Assuntos Consulares, em Portugal, que prestavam um importante serviço de apoio aos emigrantes portugueses".

Carlos Luís criticou também "o retrocesso" nas políticas de apoio social aos emigrantes instituídos pelos governos socialistas, mostrando-se indignado com facto do Governo de Durão Barroso "não ter desbloqueado um único cêntimo para apoio às vítimas portuguesas da violência na África do Sul e Venezuela".

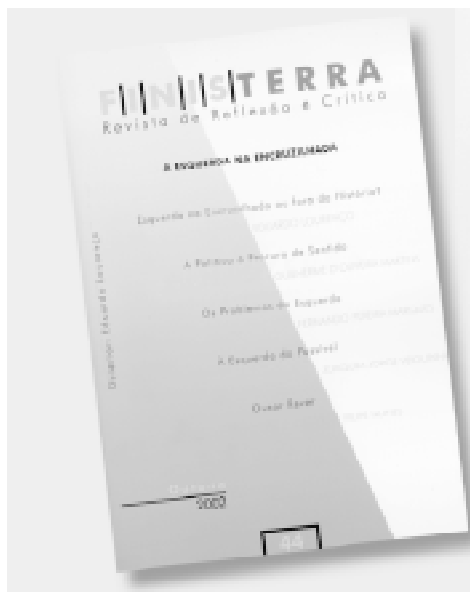
Comportamento idêntico, lembrou, só o tinha Salazar, "que preferiu engordar os cofres do Estado e deixar morrer os portugueses na miséria".

Por outro lado, o deputado do PS denunciou que "o sistema do ensino de português no estrangeiro foi e está a ser alvo de um atentado, nunca antes imaginável, nem pelos governos mais radicais de Cavaco Silva", traduzido, entre outros aspectos, pela "diminuição de professores destacados, redução de horas de cursos apesar de haver mais alunos, contratação de professores locais prejudicada e ocupação de chancelarias consulares".

Quanto ao anunciado plano de reestruturação consular, Carlos Luís disse que ele é apenas "um pequeno episódio de uma comédia trágico-cómica, que vai deixar marcas profundas na capacidade de afirmação e no próprio orgulho dos nossos compatriotas residentes no estrangeiro".

Par o deputado do PS, "esta reestruturação consular, conduzida de forma trapalhona e assente em critérios discricionários, já mostrou ao que pode levar: à revolta das comunidades, à má imagem de Portugal no estrangeiro e à incompreensão generalizada".

J. C. CASTELO BRANCO



FINI|S|T|E|R|R|A

Revista de Reflexão e Crítica

A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

Textos de

Eduardo Lourenço
Guilherme d'Oliveira Martins
Fernando Pereira Marques
Joaquim Jorge Veigunha
Filipe Nunes

PS/AÇORES

SUBSTITUIÇÃO DE CARLOS CÉSAR FORA DE QUESTÃO

Os dirigentes do PS/Açores defendem a manutenção de Carlos César à frente do partido naquela região autónoma e a sua recandidatura à liderança do Governo regional.

A garantia foi dada um porta-voz do secretariado regional do PS, que se reuniu sexta-feira em Ponta Delgada.

Segundo Eduardo Vieira, a hipótese de substituição do líder regional não está em questão, apesar da realização no início da Primavera do Congresso regional do PS/Açores.

Recorde-se que Carlos César tem remetido para a reunião magna dos socialistas uma decisão sobre a sua candidatura a um terceiro mandato como chefe do Executivo regional nas eleições de 2004 para o parlamento açoriano.

Entre as questões debatidas pelos dirigentes do PS/Açores figuraram a questão da substituição de Sampaio da Nóvoa no cargo de



ministro da República, o problema dos financiamentos à reconstrução do parque habitacional destruído nas ilhas do Faial e Pico

pelo sismo de 1998 e a proposta do Governo central sobre o futuro da televisão pública nas ilhas.

Sobre as soluções para a RTP/Açores, o dirigente socialista Vasco Cordeiro adiantou que o partido vai inviabilizar a iniciativa laranja para a criação de uma comissão eventual no parlamento açoriano para debater o tema.

Segundo sublinhou, os socialistas consideraram que, nesta fase, o assunto deve ser tratado entre os governos da República e Regional.

Insistiu em que a garantia de um serviço público de televisão nas ilhas constitui obrigação do Estado, sendo por isso necessário "clarificar" os aspectos da proposta de Lisboa que pretende a co-responsabilização do Governo Regional na sua prestação.

O secretariado regional do PS considerou, no entanto, que o "clima de incerteza" que se vive na RTP/Açores é "profundamente

negativo" pela importância que a televisão pública açoriana assume "no reforço da identidade e unidade regionais e na projecção externa" do arquipélago.

Quanto à reconstrução do Faial e do Pico, os dirigentes socialistas insistiram nas acusações aos partidos que integram o Governo central, acusando-os de, pela via financeira, obrigarem à suspensão das obras.

O Secretariado do PS/Açores preconizou, ainda, como perfil do novo ministro da República as "mesmas características" do actual titular do cargo e insistiu na importância de audição dos órgãos de governo próprio sobre a matéria.

O Executivo regional do PS/Açores marcou, igualmente, para 24, 25 e 26 de Janeiro a eleição de novos dirigentes de órgão de base do PS, tendo anunciado que mais de duas centenas de cidadãos decidiram aderir ao PS nesta região autónoma.

ALGARVE

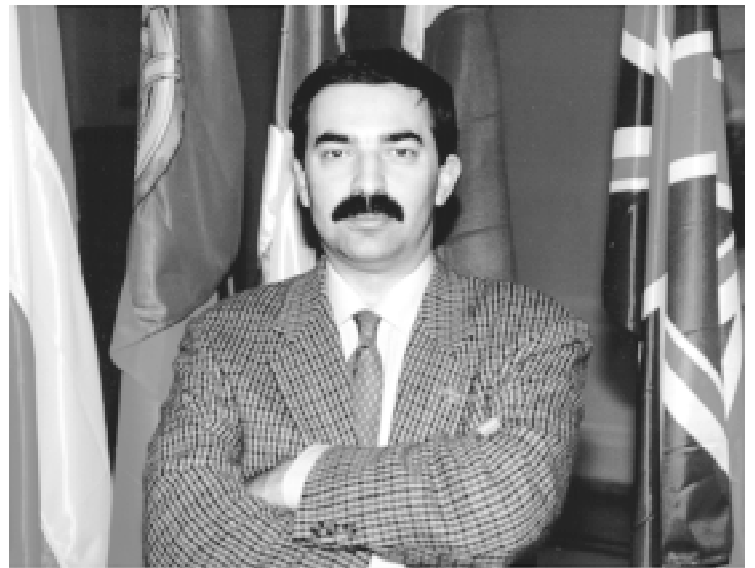
PS CONTRA DESPOTISMO DE RESPONSÁVEIS DA SAÚDE

O PS do Algarve acusou os responsáveis da saúde na região de actuarem com "despotismo e prepotência", confundindo serviço público com escolhas pessoais e partidárias no preenchimento de cargos do Estado.

Em comunicado assinado pelo seu presidente José Apolinário, a Federação do PS Algarve afirma que, nove meses após a entrada em funções da equipa dirigente do Ministério da Saúde, se multiplicam as "atitudes despóticas". Os socialistas algarvios referem como exemplo o recente afastamento de Gata Gonçalves da presidência do hospital de Lagos, por "divergências de orientação política" que - sublinham - não foram até agora explicadas.

O PS critica também a nomeação do militante laranja Francisco Neves para vogal da Administração Regional de Saúde, "cuja intervenção e conhecimentos dos assuntos da Saúde eram até agora desconhecidos".

Sublinhando que o PSD e o PP têm legitimidade para governar e desenvolver as suas políticas, o PS afirma, porém, que o Governo não pode "confundir serviço público com escolhas pessoais e partidárias, marcadas pelo despotismo e prepotência".



APOLINÁRIO AFIRMA

REVISÃO DA POLÍTICA COMUM DAS PESCAS FOI UM "FLOP"

José Apolinário afirmou ao "Acção Socialista" que "a revisão da Política Comum das Pescas (PEC) foi um flop". É que, explica o deputado socialista, "em contraponto à ambição de implementar uma PEC, a revisão limitou-se ao termo do regime de acesso até às 12 milhas - que o PS considerava fundamental - e a alterar as regras da ajuda à construção de novas embarcações".

"Não há um salto qualitativo", disse, acrescentando que "falta uma componente ambiental e social".

José Apolinário, que participou na terça-feira, na Comissão parlamentar de Agricultura, que analisou a revisão da PEC, teceu duras críticas



aos objectivos atingidos pelo Governo português, sublinhando que o Executivo de Durão Barroso "mascarou a complexidade do debate para esconder as perdas significativas nalgumas quotas, como é o caso da pesca".

O deputado do PS referiu que ao contrário do que o Governo tinha deixado transparecer na Comunicação Social, anunciando um reforço de 18 milhões de euros para novas construções, "viu-se agora obrigado a reconhecer que o dinheiro era de transferências já atribuídas anteriormente a Portugal".

José Apolinário criticou também o Governo por ter "rejeitado a abertura que o comissário europeu Franz Fischler tinha dado

relativamente às embarcações para a pequena pesca", sublinhando que "o Governo deixou passar esta oportunidade e a partir de 2003 passam a estar proibidas ajudas públicas a novas construções de embarcações, mesmo que sejam de pequena pesca, que são 90 por cento das embarcações existentes em Portugal".

"O sector vai ter menos cinco milhões de euros", alertou.

O deputado do PS criticou ainda o Governo por a delegação nacional não ter integrado representantes dos órgãos próprios das regiões autónomas, dado o interesse desta matéria para os Açores e Madeira.

J. C. C. B.

SEM ALTERNATIVA À CO-INCINERAÇÃO

GOVERNO FRACO E DESORIENTADO NA DEFESA DO AMBIENTE

A desvalorização das políticas ambientais são um traço dominante da actuação do actual Governo. A denúncia é feita pelo deputado do PS Pedro Silva Pereira que, em entrevista ao "Acção Socialista", elenca as áreas que revelam a falta de coragem e total desorientação governativa nos domínios da preservação da natureza e do ambiente. Sem alternativa à co-incineração para tratamento dos resíduos industriais perigosos, o Executivo abandonou, escandalosamente, uma solução amplamente discutida, testada e apoiada, apostando numa estratégia de consecutivos adiamentos o que, segundo Silva Pereira, lesa a saúde pública e o desenvolvimento de Portugal.



Suspensa a co-incineração é aceitável que passados nove meses o Governo não tenha apresentado uma alternativa para resolver o problema do tratamento dos resíduos industriais perigosos?

É um verdadeiro escândalo que o Governo não tenha uma solução para o tratamento destes resíduos por duas razões. Em primeiro lugar, porque o problema é grave e estes resíduos ameaçam, de facto, o meio ambiente e a saúde pública. Em segundo lugar, porque os anteriores governos do Partido Socialista tinham preparado uma solução, que o actual Executivo abandonou. A co-incineração era uma solução que estava confirmada pela Comissão Científica Independente, que tinha sido aprovada no Supremo Tribunal Administrativo, que tinha o apoio da Comissão Europeia e a recomendação da OCDE.

Tudo isto foi deitado fora pelo Governo, para, afinal de contas, ao fim de nove meses, não ter solução alternativa para apresentar ao País.

O PS considera viável a ideia de uma "incineradora multiusos" para tratar os resíduos industriais, hospitalares e agrícolas? Nem viável nem aconselhável. Os resíduos industriais perigosos exigem um tratamento específico, reclamando grande controlo e particular atenção. É, portanto, desaconselhável, do ponto de vista técnico, misturá-los com outros fluxos de resíduos completamente distintos. Mas, sobretudo, a ideia de construir uma instalação exclusivamente vocacionada para incinerar resíduos é do mais retrógrado que há em política ambiental. Uma incineradora precisa de resíduos para

justificar financeiramente a sua existência. Assim, cria-se uma pressão permanente no sentido de que os resíduos continuem a ser incinerados, mesmo quando vão surgindo novas soluções e novos tipos de tratamento de líxos, designadamente a reciclagem e reutilização. Trata-se pois de perceber a rigidez de uma incineradora dedicada, cujo tempo de vida é calculado com base no investimento inicial, e de assumir que isto é contra os modernos princípios que apontam para se dar prioridade, não apenas à redução, mas também, quando ela não é possível, à reutilização e à reciclagem.

O Governo, sem nada decidir, segundo a Comunicação Social, considera a hipótese de avançar com a construção de dois aterros para resíduos industriais perigosos ou com exportação dos mesmos sempre que não a sua produção não atinja as 100 mil toneladas por ano. É esta uma solução ambientalmente saudável?

O País precisa de uma solução integrada para os resíduos industriais que envolva medidas no capítulo da redução da sua produção, que preveja alternativas de tratamento e, depois, é preciso considerar a criação do aterro.

O problema é que o Governo, ao fim de todo este tempo, tendo embora reconhecido essa necessidade, não avançou sequer com o processo de localização do aterro. E o Executivo ainda não teve coragem para dizer onde vai depositar os resíduos industriais perigosos porque está ferido de morte quanto à determinação que é precisa para prosseguir este tipo de políticas, habituado que está a recuar e ceder.

Esta imagem de fraqueza na área do Ambiente ganha ainda mais nitidez quando se percebe que o Governo, apesar de reconhecer que é necessário um aterro, se recusa a definir a sua localização e a avançar com o processo de instalação.

Quando à exportação de resíduos industriais, diga-se que ela, hoje, já existe, mas com pouca expressão. É completamente inaceitável que esta seja uma solução de fundo para o tratamento dos resíduos, até porque contraria um princípio básico da política europeia, o da responsabilidade do produtor, segundo o qual cada Estado deve ter os seus próprios meios de tratamento de resíduos.

É face a esta desorientação em matéria de política ambiental, que se explica a necessidade do PS vir exigir um programa de emergência para o tratamento dos resíduos perigosos?

Evidentemente que sim. Uma coisa temos por certa: o Governo vai demorar a decidir. Mas também sabemos que vai demorar ainda mais a executar. Ora, os resíduos acumulam-se, ameaçando os recursos naturais, o solo, a água e constituem um risco para a saúde de todos os portugueses.

Se o Executivo optar por construir uma incineradora dedicada, o processo arrastar-se-á por vários anos e são precisas soluções de emergência que permitam intervir já sobre esta situação, porque ela é urgente.

Entendemos que mesmo não concordando com a co-incineração, era de elementar sentido de responsabilidade governativa, abandoná-la só quando se tivesse outra solução para apresentar e implementar.

Quais as prioridades que deveriam ser equacionadas nesse documento face à actual situação?

O PS, nessa matéria, está muito à vontade, porque sem prejuízo das outras medidas que preparámos e estavam em execução, como a reciclagem e a reutilização, tínhamos uma solução para as situações de eliminação: era a co-incineração.

Portanto, o que dizemos hoje ao Governo é o

que dissemos no passado: se não tem nada melhor, ao menos mantenha aquela solução que está testada e que continua operativa, podendo ser imediatamente aplicada.

A co-incineração continua a ser a melhor resposta para o caso dos resíduos industriais perigosos, que não têm outra alternativa que não seja valorização energética.

Num contexto mais amplo, pedia-lhe um breve balanço da política governativa na área do ambiente, nomeadamente, na sensível questão do ordenamento do litoral português.

Julgo que estes nove meses de governo do PSD/PP estão inegavelmente marcados por uma desvalorização das políticas ambientais. Ao ambiente é atribuída menos importância pelo Executivo, no desenvolvimento das políticas sectoriais. O próprio ministro da tutela desceu para o último lugar da hierarquia governativa. Notamos, igualmente, um recuo do Governo em várias medidas e na área do Litoral isso é evidente. Quando decidiu não demolir as torres de Ofir deu um sinal de fraqueza que põe em causa a prossecução de uma política pró-litoral firme e que procure corrigir os erros do passado. Nos planos de ordenamento da orla costeira que o Executivo pôs recentemente à discussão pública, registam-se sinais muito preocupantes de recuo.

No caso do POC Sintra/Sado, em São João da Caparica, aparece agora proposto um campo de golfe que não estava na versão anterior. Por sua vez, no POC de Vila Mora/Vila Real de Santo António, decide-se não avançar com a demolição de trezentas construções ilegais e clandestinas nas ilhas barreiras.

O Governo limitou também as faixas de protecção das arribas para metade daquilo que constava na proposta anterior e, portanto, os sinais que temos recebido indiciam falta de coragem e ausência de determinação que nada auguram de bom para as políticas do ambiente e do ordenamento do território.

Outro dos traços chocantes da actual administração do sector prende-se com a desvalorização da política para a conservação da natureza, uma vez que o Executivo, no Orçamento de Estado, operou um corte verdadeiramente brutal no investimento nesta área, significando isto um estrangulamento financeiro das áreas protegidas e dos sítios da Rede Natura.

A política para as cidades tem ficado, também, aquém das expectativas?

Não é preciso ser socialista para perceber que à criação do Ministério das Cidades não se seguiu rigorosamente nada de novo que fizesse corresponder, como o povo costuma dizer, a cara com a careta. A única coisa que o Governo fez até ao momento foi engolir as críticas ao Programa Polis que o PSD tinha feito na oposição e dar-lhe a continuidade que se impunha.

MARY RODRIGUES

COMISSÃO NACIONAL

PS NA SENDA DA MODERNIZAÇÃO E ABERTURA AO EXTERIOR



A Comissão Nacional do PS esteve reunida no passado sábado, para concluir os processos de revisão dos estatutos e da Declaração de Princípios, e discutir e aprovar o regulamento dos próximos congressos federativos e as moções sectoriais. A criação de Cibersecções, o alargamento de quotas das mulheres para 33 por cento nas listas do partido e a institucionalização da figura do simpatizante são a partir de agora uma realidade estatutária. Por outro lado, ficou também decidida a proibição de acumulação de cargos directivos, a limitação de mandatos, o pagamento centralizado das quotas e o envio do "Acção Socialista".

Tornar o partido "mais diversificado" e "mais aberto aos cidadãos e à comunidade em geral" foram os objectivos centrais que estiveram na origem das alterações estatutárias, aprovadas por larga maioria.

Uma dessas alterações dos estatutos prende-se com a criação das Cibersecções, estruturas de âmbito nacional, constituídas por um número mínimo de 15 militantes do partido, que funcionam através da Internet, não sendo obrigatória a definição de qualquer tema, área, problema, ou interesse comum, o que permitirá uma revolução ao nível do funcionamento tradicional das estruturas, inovando desta forma a participação dos militantes.

Ainda no âmbito da diversificação do tipo de estruturas que o PS poderá ter, destaque para a criação das secções de duração limitada que durante um certo período pretendam prosseguir, em nome do partido, um objectivo político, social, ou cultural, não podendo no entanto os seus membros participarem em eleições para outros órgãos do partido, que não os da própria secção.

Na revisão dos estatutos é também contemplada a criação dos clubes de política. Assim, qualquer militante pode promover a criação de uma estrutura flexível e informal de debate sobre temas políticos de relevo, envolvendo militantes e pessoas não ligadas ao PS, não estando

sujeita a qualquer deliberação dos órgãos do partido.

Por outro lado, no quadro da construção de uma democracia paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural, social, e actividade do partido, os estatutos aprovados na Comissão Nacional instituem uma quota de mulheres não inferior a 33 por cento nas listas do partido.

No capítulo dos deveres dos militantes, os novos estatutos consagram o pagamento centralizado de quotas, a serem transferidas depois para a secção. Assim, foi decidido que a Comissão Nacional vai propor à Comissão Política um novo regulamento de quotas. Na Comissão Nacional, o porta-voz do PS, Paulo Pedrosa, explicou que a introdução do pagamento centralizado de quotas é uma exigência da lei dos partidos, pelo que o PS se arriscaria, caso não fizesse esta alteração estatutária, a ser multado pelo Tribunal de Contas.

"Acção Socialista" chega a todos os militantes

Outra importante revisão estatutária prende-se com o órgão oficial do partido, o "Acção Socialista", que passa a ser enviado a todos

os militantes, sendo os respectivos custos de publicação e envio incorporados nas quotas dos militantes. A quota mínima, que já não era actualizada há vários anos, foi fixada em dois euros.

Os novos estatutos, aprovados na reunião do Altis, no quadro da abertura do partido aos cidadãos, instituíram a figura do simpatizante, com um conjunto de direitos, como ser informado sobre as actividades do partido e participar naquelas que não estejam expressamente reservadas a militantes ou dependam de mandato electivo e participar em actividades das secções de base junto das quais se encontram registados.

Tendo em vista assegurar uma renovação permanente dos órgãos do partido, com novos protagonistas, a Comissão Nacional aprovou a proibição da acumulação de cargos directivos, a limitação de mandatos e a diminuição das inerências nos congressos nacional e federativo.

A Declaração de Princípios, que actualiza o PS em termos ideológicos, foi aprovada com um voto contra e uma abstenção. Na redacção final, conforme explicou Augusto Santos Silva, coordenador do documento, foram incorporadas as propostas feitas por Edmundo Pedro no último

Congresso, que fazem um sublinhado à fundação do PS

A Comissão Nacional discutiu e votou as moções sectoriais apresentadas no último Congresso. Assim, foram aprovadas as moções "A regionalização continua a ser um imperativo nacional", "Em defesa do ensino público", "Os compromissos do PS e a igualdade de género", "Produtividade - um compromisso para o futuro", "Juventude e intervenção autárquica" e "Para quê um congresso?". Com alterações, foram ainda aprovados os documentos "Política de cidades" e "EDP".

As moções "Preparar o PS para os combatais da emigração" e "O PS e as comunidades - melhorar a nossa acção" foram convertidas em recomendações.

Já as moções "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde", "É preciso cultivar o nosso jardim...", "O PS que queremos" e "Credibilizar as estruturas locais" foram rejeitadas.

Os trabalhos abriram de manhã com uma

intervenção do secretário-geral socialista, Ferro Rodrigues, centrada no Código do Trabalho e no Programa de estabilidade e Crescimento (PEC). Quanto ao Código Laboral, Ferro Rodrigues exigiu ao Governo a introdução de mais alterações neste documento, avisando que, caso contrário, os socialistas estarão contra a proposta na votação final global, sendo certo o voto negativo do PS na votação na generalidade do diploma.

Segundo Ferro Rodrigues, quando a proposta de Código do Trabalho for votada na generalidade, na Assembleia da República, os socialistas irão conservar o seu voto contra.

Relativamente ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, Ferro Rodrigues referiu as razões que levaram o PS a abster-se na resolução sobre o PEC votada na Assembleia da República. O secretário-geral referiu que o PS não só reafirmou o seu compromisso com os objectivos de equilíbrio e crescimento assumidos com a UE, como confirmou que os métodos que o Governo propõe para o alcançar não devem merecer a confiança

dos portugueses.

No entanto, referiu, no texto que o Governo negociou com o Grupo parlamentar do PS foi alterada a ênfase das políticas monetaristas preconizadas pelo PSD, para acolher cerca de uma dezena das propostas socialistas.

Documentos aprovados por larga maioria

O PS, lembrou, manteve neste processo uma posição responsável e construtiva, decorrente do seu sentido de Estado e da importância que atribui aos compromissos europeus de Portugal. No final da reunião da Comissão Nacional em que foi também aprovado o regulamento eleitoral dos próximos congressos federativos agendados para o primeiro fim-de-semana de Abril, Paulo Pedroso fez aos jornalistas um balanço dos trabalhos que "concluíram o trabalho institucional do Congresso Nacional".

Paulo Pedroso referiu que com os novos estatutos

aprovados na reunião do Altis "o PS está mais diversificado, mais aberto aos cidadãos e à comunidade em geral", no âmbito do processo de "modernização" do partido, "com abertura ao exterior".

O porta-voz do PS disse, por outro lado, que a Declaração de Princípios "actualiza o partido em termos ideológicos".

Salientando que "todos os documentos foram aprovados por larguíssimas maiorias", Paulo Pedroso sublinhou ainda que o partido tem como objectivo fazer "uma oposição serena mas programática, com um programa próprio e alternativo".

Paulo Pedroso destacou ainda a aprovação das quotas de mulheres nos órgãos do PS, salientando que "é um passo muito importante na construção da democracia paritária".

"As listas do PS passarão a ter sempre um terço de mulheres, o que aumentará a sua participação", disse.

J. C. CASTELO BRANCO



CALENDARIZAÇÃO PARA OS CONGRESSOS FEDERATIVOS DE 5 E 6 DE ABRIL 2003

| | | |
|----------------|-----------------------------------|---|
| 21 ou 22.09.02 | 6 meses antes | Capacidade eleitoral passiva e activa |
| 4 ou 5.02 | 60 dias antes | Reunião das Comissões Políticas Federativas para Eleição da COC, marcação da data do Congresso e Assembleia Eleitoral |
| 20.02 | | Emissão de cadernos eleitorais actualizados |
| 28.02 | Até 8 dias após emissão | Reclamação dos cadernos eleitorais actualizados |
| 28.02 | Até 8 dias após emissão | Opção do exercício de voto |
| 4.03 | 3 dias após prazo de reclamações | Emissão de cadernos eleitorais definitivos |
| 6 ou 7.03 | 15 dias antes do acto eleitoral | Apresentação de Candidatura a Presidente da Federação |
| 13 ou 14.03 | 8 dias antes do acto eleitoral | Envio de convocatória para Assembleia Eleitoral |
| 16 ou 17.03 | 5 dias antes do acto eleitoral | Apresentação das listas de delegados ao congresso |
| 21 ou 22.03 | 15 dias antes do congresso | Realização da Assembleia Eleitoral |
| 23 ou 24.03 | Até 2 dias após afixação de acta | Apresentação de recursos à COC |
| 24 ou 25.03 | Até 2 dias após apres. de recurso | Deliberação dos recursos apresentados à COC |
| 28 ou 29.03 | 7 dias após a primeira | Nova Assembleia Eleitoral para a eleição do Presidente da Federação |
| 5 / 6.04 | | Congressos Federativos |

DEBATE NA SECÇÃO DE BENFICA

MANTER A COERÊNCIA IDEOLÓGICA

Agora que a nova Declaração de Princípios do Partido Socialista se encontra aprovada, o seu principal redactor, Augusto Santos Silva, confessa-se mais interessado em reflectir sobre a aplicação prática do seu conteúdo.

Para o deputado socialista, a Declaração de Princípios cartografa o território por onde as pessoas que integram a família socialista devem circular, balizadas por uma linha ideológica clara. Foi esta a ideia deixada por Santos Silva, na passada quinta-feira, num debate-conferência promovido pela Secção de São Domingos de Benfica.



Numa alusão ao contexto de discussão alargada em que decorreu o debate sobre a nova Declaração de Princípios do PS, Augusto Santos Silva começou a sua reflexão partilhada com os militantes de Benfica garantindo que todos os contributos foram acolhidos aquando da redacção final do documento, o que “espelha muito bem o valor dado pelos socialistas ao pluralismo de opiniões, dentro e fora do partido”. Mantendo a mesma raiz doutrinária, os socialistas devem agora, no entender de Santos Silva, fazer “um esforço por serem menos analistas políticos e mais intervenientes políticos”.

Para o ex-ministro da Educação, no contexto de maioria parlamentar de direita, as práticas da oposição estão limitadas, porém, aconselhou, “o PS deve esforçar-se por fazer passar mensagens simples, mas importantes, através dos meios de comunicação”.

É que, segundo Augusto Santos Silva, “democracia é também a riqueza da diversidade, o encontro das políticas de valorização das diferenças” e os socialistas “devem saber manter-se coerentes ideologicamente”.

Neste sentido, a nova Declaração de Princípios do PS é um documento síntese em que se afirmam os valores doutrinários fundamentais, mas que recolhe também o produto do trabalho realizado durante os seis anos e meio de governação socialista.

Augusto Santos Silva orientou a sua intervenção apontando para três tópicos de discussão, avultando desde logo o “princípio da ética republicana”.

“O PS, disse, não sendo um partido definido em termos morais e sim um partido de ideologia, considera, porém a ética política um elemento essencial à prática”.

Tomando como exemplo o mediaticizado caso de Fátima Felgueiras, Santos Silva explicou que “há vários tipos de responsabilidade: a moral diz respeito a cada um, a responsabilidade penal e civil compete ao sistema jurídico e a política deve ser discutida num fórum político”.

Assim, enfatizou, “aqueles que têm responsabilidades políticas, *maxime*, aqueles que são eleitos para um determinado cargo público, têm que perceber que assumiram responsabilidades acrescidas face aos seus concidadãos”.

E porque “na responsabilidade política o essencial é a preservação da legitimidade e da confiança”, foi entendimento do Partido Socialista que “Fátima Felgueiras não tem agora condições para continuar em funções à frente da Câmara de Felgueiras e deve demitir-se”.

Um segundo tema considerado essencial por Augusto Santos Silva diz respeito à política europeia.

Um partido cosmopolita

“Na Declaração de Princípios, o PS assume-se como um partido claramente europeísta, fortemente marcado pela ideia de federalismo, vinculado a uma cidadania e a uma constituição europeia, a um reforço das instituições europeias”, recordou, alertando de seguida para a necessidade de se ponderar os constrangimentos que a adesão ao projecto europeu implicam para as políticas públicas socialistas.

“Temos um problema que consiste em alcançar um equilíbrio entre a necessidade de honrarmos os nossos compromissos supranacionais e a obrigação de influenciar a revisão desses compromissos”, defendeu.

Como terceiro e último tema de discussão, Augusto Santos Silva falou de uma “matriz original que singulariza o PS no sistema político nacional” e que reside no “cruzamento entre democracia e justiça social”.

“O Partido Socialista é o lugar daqueles que entendem que há uma combinação inseparável entre as preocupações que dizem respeito à manutenção da democracia e aquelas que se

relacionam com a coesão social e o combate às desigualdades”, defendeu, explicando que “esta postura implica colocar os direitos sociais no patamar dos direitos fundamentais”. Entende-se desta forma, no entender do dirigente do PS, a postura assumida pelo partido, enquanto oposição, em matéria de legislação laboral.

Outra marca ideológica socialista em Portugal passa pela reforma democrática do Estado-Providência.

“O PS pretende colocar-se numa linha de pensamento que concebe o Estado-Providência como aquele que cria condições e oportunidades, valorizando sobretudo a capacitação das pessoas”, esclareceu, recordando as políticas do PS enquanto Governo que constituíram incentivo à inovação e à formação profissional.

Depois de ressaltar que o PS no contexto nacional não deve nem pode descuidar a linha clássica de políticas cujas medidas visam a redistribuição dos rendimentos, Augusto Santos Silva manifestou-se a favor de que o partido reclame para si o papel de “motor da inovação e desenvolvimento” e, neste aspecto, citou os grandes passos dados pela administração socialista nos *dossiers* do Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

Ao mesmo tempo, referiu, a nova Declaração de Princípios apresenta o PS como um partido cosmopolita, “no sentido de se afirmar como receptáculo de mistura e aberto à diversidade”, pelo que é importante não “deixar passar em vão os avanços significativos que foram conseguidos no âmbito das políticas para imigrantes e minorias étnicas”.

A terminar a sua intervenção, Augusto Santos Silva declarou-se “fanático” da ideia de que o PS alargue o seu espaço de modo a que se possam reconhecer nele, não só os adeptos do socialismo democrático em sentido restrito (como ideologia), mas também todos aqueles que,



tendo outras representações possíveis noutros países europeus, não têm essas representações disponíveis em Portugal”.

Estímulo para ir mais longe

José Leitão, coordenador da Secção do PS de São Domingos de Benfica considerou que a “Declaração de Princípios recentemente aprovada constitui uma alteração radical da primeira documento da legalidade”.

“Sendo diferentes, todas as declarações de princípios me inspiraram algumas reservas”, confidenciou Leitão, que nesta como em ocasiões anteriores, não se revê por inteiro no documento aprovado, mas define-o “objectivamente, como uma Declaração de Princípios produto dos próprios atributos da prática socialista nos seus mais recentes anos de governação”.

Trata-se de “um estímulo para pensar e ir mais longe no que diz respeito às políticas sociais, que estão mais próximas das pessoas”, concluiu.

MARY RODRIGUES

VÍTOR RAMOS DA COSTA

PS DEVE FAZER OPOSIÇÃO RIGOROSA

“O PS deve fazer uma oposição com rigor e seriedade”, defende Vítor Ramos da Costa, o militante desta semana do “Acção Socialista”.

Membro da Secção de Desenvolvimento Sustentável, este camarada, especialista em transportes, apoiante de Ferro Rodrigues, não tem dúvidas afirmar que “o partido ganhou um líder e o país um homem de Estado”, e declara-se contente com a nova Declaração de Princípios, que actualiza o PS em termos ideológicos.

Vítor Ramos da Costa refere que se inscreveu no PS porque “a abertura feita à sociedade em 1995, através dos Estados Gerais, era de facto o momento importante para que interviesse de um modo mais activo e organizado, para a construção de um modelo de sociedade mais solidária, que se vinha degradando com a governação do PSD”, adiantando que “do trabalho equacionado e dos programas elaborados, até à adesão, foi um pequeno passo”.

Especialista em Transportes, este camarada, licenciado em Ciências Militares Navais e em Engenharia Civil, tem um vasto currículo profissional, tendo sido gestor público durante os governos do PS, onde ocupou o lugar de director do Porto da Figueira da Foz e, posteriormente, o de presidente do conselho de administração do Instituto Português do Centro.

No plano partidário, é actualmente membro do Secretariado da Secção de Desenvolvimento Sustentável, tendo feito parte do Secretariado da Secção Marítimo-Portuária da FAUL.

Porque a sua acção cívica não se esgota na actividade política, Vítor Ramos da Costa tem ocupado vários cargos dirigentes em associações sem fins lucrativos e em colectividades de cultura e recreio, tendo sido, nomeadamente, sócio-fundador da Associação 25 de Abril.

Este camarada afirma-se particularmente satisfeito com a liderança de Ferro Rodrigues, que, diz, “tem a seu favor um grande capital de credibilidade que ganhou enquanto ministro, o que o catapultou facilmente para a liderança do PS, num momento particularmente difícil da vida do nosso partido. O partido ganhou um líder e o País um homem de Estado”.

E sublinha que “a liderança que tem exercido tem-se mantido ao nível da clareza de princípios e de franqueza de atitudes, continuando Ferro Rodrigues a ser o líder que pode dar uma resposta positiva à falta de confiança que o povo português sente nas suas instituições e nos seus dirigentes”.

Quanto ao último Congresso, onde esteve presente como delegado, Vítor Ramos da Costa refere que esta reunião magna “era essencial para a família socialista, uma vez que se afigurava



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
**Willy Brandt
e François Mitterrand**

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Perestroika

Livro
“Os Lusíadas”

Autor
Camões

Filme
“Luzes da Ribalta”

Compositor
Mozart e Freddie Mercury



importante que o partido fizesse, antes de tentar ser novamente poder, um ponto de ordem sobre a sua situação organizativa, sendo que a organização é uma peça-chave para transmitir confiança aos militantes e à sociedade em geral”.

Declaração de Princípios

Sobre a nova Declaração de Princípios, realça o “grande trabalho de síntese”, feito pelo seu coordenador, o camarada Augusto Santos Silva, referindo que “estamos todos de parabéns”. “A Declaração de Princípios, anteriormente existente, encontrava-se desactualizada, face ao dinamismo que o desenvolvimento societário espera de um partido que se reclama dos valores do socialismo democrático”, afirma.

Vítor Ramos da Costa, que não poupa nas críticas ao actual Governo, que acusa de estar a prosseguir uma política neoliberal, sustenta que o PS deve fazer oposição “com rigor e seriedade”, ou seja, “concordar ou discordar, na forma justa e no devido momento, para que o povo português ganhe, através do PS, o devido respeito pela classe política e compreenda as políticas alternativas do nosso partido”.

J. C. CASTELO BRANCO

PROPOSTA FRANCO-ALEMÃ

DUPLA PRESIDÊNCIA DA UNIÃO CAUSA MAL-ESTAR

A proposta apresentada pela França e pela Alemanha de uma dupla presidência da União Europeia com um presidente do Conselho eleito entre os seus pares e um presidente da Comissão Europeia eleito pelo Parlamento Europeu com poderes reforçados, caiu mal entre todos aqueles que defendem o princípio da rotatividade das presidências e a manutenção do princípio da igualdade entre Estados.

A proposta, que será apresentada pela "eixo franco-alemão" na reunião da próxima semana da Convenção sobre o Futuro da Europa, foi conhecida ontem e teve como efeito imediato causar mal estar em alguns Estados-membros, particularmente no primeiro-ministro britânico Tony Blair, que não hesitou em afirmar que a nomeação de um presidente da União é o regresso ao sonho alemão de ter um kaiser europeu.

O eurodeputado socialista Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu à



Convenção, considera mesmo que esta proposta apresenta contornos de um negócio, com cedência aos interesses dos franceses para

depois atribuir a presidência da Comissão Europeia ao actual ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joscha Fischer.

"Trata-se de uma provocação à Convenção", afirma o eurodeputado, acrescentando que ela constitui um forte elemento de pressão que irá condicionar os trabalhos.

Luís Marinho manifesta também a sua desilusão quanto às posições da Alemanha e do chanceler Schroeder, porque se trata de "uma cedência de um país que se dizia defensor dos Estados-membros mais pequenos, percebendo-se agora que nunca estiveram interessados em defender as presidências rotativas".

"Esta proposta representa a destruição das presidências rotativas", considera o eurodeputado, acrescentando que uma União com uma dupla presidência não apenas viola o princípio da igualdade, como não traz maior eficácia para o funcionamento das instituições. Não menos polémica é a uma outra proposta

franco-alemã que pretende também instituir uma dupla presidência da União Europeia, em que os Conselhos de Ministros seriam presididos simultaneamente por dois Estados-membros por um período de dois anos e meio ou cinco anos, em vez da actual presidência semestral.

No entanto, a apresentação destas propostas não significa que venham a ser aceites. Tudo depende agora da reacção da Convenção e das outras instituições europeias e de alguns Estados-membros, sobretudo dos de pequena e média dimensão, que serão os mais prejudicados, e que nos próximos meses apresentarão também outras propostas.

Para já, a posição do Parlamento Europeu e também do Grupo dos Socialistas Europeus é contrária à extinção das presidências rotativas. Também a Comissão Europeia se tem pronunciado nesse sentido.

Só falta saber agora como vão evoluir as teses da França e a Alemanha. **P.P.**

HELENA TORRES MARQUES E MANUEL DOS SANTOS

EURODEPUTADOS QUEREM SABER O QUE A COMISSÃO FARÁ À C&J CLARK

Os eurodeputados socialistas Helena Torres Marques e Manuel dos Santos questionaram esta semana a Comissão Europeia, no plenário do Parlamento Europeu, no sentido de saber qual será a posição do executivo comunitário perante a decisão da multinacional britânica de calçado C&J Clark, que laborava em Castelo de Paiva.

Os eurodeputados pretendem saber se a Comissão foi notificada das intenções da multinacional britânica, lembrando que a C&J Clark se comprometeu com o Estado português, através da autarquia local, a manter a fábrica em laboração até 2007. Neste contexto, pretendem saber se, perante esta situação, podem ser mantidos os incentivos comunitários

que a empresa recebeu para se fixar em Portugal. Segundo Helena Torres Marques e Manuel dos Santos, a decisão da C&J Clark em transferir para a Índia e a Roménia a produção da fábrica de Castelo de Paiva coloca a empresa numa situação de "total incumprimento" dos compromissos assumidos com Lisboa e Bruxelas.



SOUSA PINTO DEFENDE REFORÇO DO PAPEL DA COMISSÃO

O papel da Comissão Europeia devia ser reforçado na futura arquitectura institucional da União, defendeu o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, numa reunião do Grupo Socialista Europeu efectuada para discutir as propostas dos socialistas europeus para o futuro tratado constitucional da União. O eurodeputado rejeitava assim uma proposta para uma partilha do poder de iniciativa legislativa entre o Parlamento Europeu e a Comissão, a qual considerou "a única instituição capaz de assumir verdadeiramente o interesse europeu, uma vez que representa os Estados-membros e é, ao mesmo tempo, independente dos respectivos governos. Nestes dois aspectos reside a sua força e credibilidade", afirmou.

LUÍS MARINHO

RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS CONTESTADO DEVIDO A INCORRECÇÕES

As "fraquezas" e incorrecções constantes do relatório dos "Direitos Humanos na União Europeia em 2001" levaram o eurodeputado socialista Luís Marinho, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, a assumir uma posição contrária à sua aprovação.

O eurodeputado contesta a metodologia que apresenta um conjunto de afirmações e acusações sobre alegadas violações dos direitos fundamentais, sem que possam ser refutadas ou submetidas ao voto democrático por não se encontrarem incluídas na proposta de

resolução.

Marinho aponta mesmo uma incorrecção no relatório decorrente de uma deficiente interpretação da relatora que afirma existir no Código Penal português uma norma discriminatória com base na orientação sexual, quando, na realidade, não existe qualquer diferenciação em matéria de orientação sexual no que diz respeito à idade do consentimento.

"Nenhuma elasticidade política, nenhum critério interpretativo permite descobrir violações de direitos onde elas juridicamente

não são relevantes", afirma, acrescentando que o Parlamento Europeu "deve assumir de forma responsável as suas competências na salvaguarda dos Direitos Humanos e não pode limitar-se à transcrição *tout court* de juízos de terceiros".

O relatório coloca Portugal entre os países da União Europeia onde, de alguma forma, em 2001, os direitos dos cidadãos foram violados e onde existe - afirma - "um clima de impunidade" quanto à actuação dos agentes policiais e guardas prisionais. Os outros países citados são a França, Alemanha, Grécia e Reino Unido.

CONSELHO DA INTERNACIONAL SOCIALISTA EM ROMA

FERRO RODRIGUES DEFENDE REGULAÇÃO INTELIGENTE DA GLOBALIZAÇÃO

A regulação da globalização de uma forma inteligente que permita uma maior capacidade de resolução dos problemas a nível planetário e simultaneamente nacional, é uma das ideias que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, vai defender no Conselho da Internacional Socialista, que dias 20 e 21 se realiza em Roma e de cuja delegação fazem parte também Paulo Pedroso e Pedro Adão e Silva.

Ferro Rodrigues, que usará da palavra na discussão do principal tema da reunião, "Para uma Sociedade global mais igualitária", irá considerar que a globalização comporta riscos, mas que de forma alguma deve ser diabolizada, sendo antes necessário uma adaptação dos partidos socialistas à nova ordem mundial, de modo a poderem cumprir cabalmente as obrigações de que são historicamente depositários. Mas só submetendo os elementos da globalização a um conjunto de regras que permitam limitar os seus efeitos perversos.

Pese embora os vários sinais de cepticismo sobre a ordem mundial, como o fracasso de alguns compromissos institucionais saídos da Cimeira do Rio, o 11 de Setembro e as suas consequências, ou mesmo as derrotas eleitorais sofridas nos últimos dois anos pelos partidos socialistas, a verdade é que também existem alguns motivos de optimismo e de esperança, como a recente vitória de Lula da Silva no Brasil,



a crescente mobilização do mundo na defesa da paz, e uma cada vez maior sensibilidade para a necessidade de um desenvolvimento

sustentável e respeito pelo ambiente. Ferro Rodrigues vai também defender o reforço do papel das Nações Unidas e que os Estados

Unidos não caiam em impulsos bélicos e unilateralistas, sobretudo tratando-se de uma questão que nem sequer tem o consenso no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O caso do Iraque e de um eventual ataque dos Estados Unidos deve, neste sentido, servir de exemplo para aquilo que no futuro não deverá acontecer.

Por outro lado, preconiza que a União Europeia seja um exemplo das boas práticas a nível de uma governação que se deve defender para o resto do mundo e que o processo iniciado na Cimeira de Lisboa de tornar a Europa o espaço mais competitivo e dinâmico do mundo, baseado no conhecimento e no respeito pelos direitos fundamentais a nível social e económico, possa constituir uma referência para uma sociedade global mais justa e próspera.

Por fim, Ferro Rodrigues terá uma palavra sobre o papel da Internacional Socialista, para a qual deseja um papel decisivo na regulação dos fluxos da globalização e no seu contributo para a paz e a justiça, não só porque é a maior organização política a nível mundial, mas porque constitui uma plataforma privilegiada para estabelecer o diálogo entre os partidos que dela fazem parte, as instituições supranacionais e as Organizações Não Governamentais.

P.P.

GUTERRES PEDE EMPENHO A SOCIALISTAS NA LUTA PELA PAZ E JUSTIÇA NO MUNDO

Os socialistas nas instituições internacionais, nos governos e nas organizações não-governamentais devem adoptar como bandeiras mobilizadoras um conjunto de questões fundamentais para que haja no mundo mais paz e justiça, vai defender António Guterres na próxima reunião do Conselho da Internacional Socialista, que reunirá em Roma 141 partidos de todo o mundo nos dias 20 e 21.

Nesta reunião, que contará também com a presença de José Lamego, o presidente da IS defende o empenho de todos os socialistas na anulação das dívidas dos países mais pobres, na alteração radical da política de subsídios agrícolas na Europa, Estados Unidos e Japão, e no fornecimento dos medicamentos indispensáveis aos países que não têm condições para lutar contra as epidemias que os assolam.

António Guterres defende ainda o empenho dos socialistas para acabar com as plataformas *off shore*, que em muitos casos servem para o financiamento do terrorismo, tráfico de drogas e criminalidade organizada, e na plena assumpção pela comunidade internacional naquilo que considera ser o grande escândalo da actualidade: a situação da África sub-sariana, que é a principal vítima dos efeitos perversos da globalização, com o seu cortejo de guerra, pobreza, doenças e fome.

Por outro lado, a Internacional Socialista vai empenhar-se na criação de um Conselho de Segurança Económica e Social das Nações Unidas, a reforma das instituições lançadas em Bretton Woods, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a criação de uma Organização Mundial do Ambiente, o reforço da capacidade de intervenção da Organização Internacional do Trabalho, entre outras matérias.

Na reunião do *presidium* da IS, que antecede o Conselho, o Iraque e a situação no Médio Oriente serão temas fortes de debate, com discussão à porta fechada. A situação no Médio Oriente e uma mensagem ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e ao Fórum Económico Mundial de Davos estão entre as questões que mais concentrarão as atenções dos socialistas.

P.P.

MÁRIO SOARES PRIMEIRO SUBSCRITOR DO MANIFESTO

GUERRA NÃO É SOLUÇÃO PARA OS MALES DO MUNDO

"A guerra não é solução", é a síntese principal de um manifesto cujo primeiro subscritor é o ex-Presidente da República e actual deputado europeu Mário Soares, assinado por inúmeros socialistas e outras figuras públicas de vários quadrantes.

"A guerra não é solução para a fome, para a miséria ou para o desemprego. Não é solução para resolver a situação de quase dois terços da Humanidade, que vive abaixo dos níveis de vida mínimos. A guerra não resolve a opressão nem o terrorismo. Não pode - nem deve - ser uma bandeira religiosa".

O manifesto é uma violenta denúncia dos interesses que alegadamente estão por detrás daqueles que defendem uma intervenção armada no Iraque. "Somos diariamente bombardeados pela propaganda de guerra e pelo coro dos seus arautos em solo europeu, como se a guerra fosse inevitável. Essa propaganda serve interesses do capital financeiro internacional e anónimo, constituindo uma ameaça à soberania, dignidade e liberdade das nações e dos povos". Os subscritores indignam-se contra a repressão e a censura que tem vindo a reboque do pretexto da luta contra o terrorismo, que não obstante é condenado sem qualquer reserva.

Clara é também a posição relativamente ao envolvimento de Portugal na preparação de acções militares, a qual é rejeitada sem que previamente haja "uma autorização da Assembleia da República e sem mandato expresso do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

Neste contexto, vale a pena deixar a posição do ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, que pactua com a violação das regras do Direito Internacional ao afirmar que o Governo não rejeita uma eventual acção unilateral dos Estados Unidos contra o Iraque.

O manifesto não deixa de fora também "a demencial violação pelas autoridades israelitas dos tratados e dos mais elementares direitos humanos dos palestinianos".

Entre as personalidades que subscreveram o documento destaque para Almeida Santos, Manuel Alegre, Guilherme de Oliveira Martins, Mariano Gago, António Dias da Cunha, Helena Roseta, Mega Ferreira, José Saramago, Freitas do Amaral, Maria de Lurdes Pintassilgo, Rui Vilar, Rui Alarcão, Maria João Pires.

MONTIJO

MUNICÍPIO APOSTA NA CRIAÇÃO DE CENTRO EUROPEU DE EMPRESAS

A presidente da Câmara Municipal do Montijo, Maria Amélia Antunes, pretende reunir apoios para criar um Centro Europeu de Microempresas. Para o efeito, a autarca adjudicou a uma empresa da especialidade um diagnóstico sobre a viabilidade do projecto.

Segundo Amélia Antunes, o objectivo do estudo passa pela definição de um "modelo de criação e implementação do Centro Europeu de Microempresas", de forma a que o "município

possa ter uma imagem real das empresas, para potenciar a sua atractividade e ver de que forma pode o município emparceirar com elas".

A edil socialista afirmou ainda que a parceria pode passar pela "criação de espaços para o desenvolvimento das empresas ou para patamares de intervenção no tecido económico do concelho", apontando o estudo de viabilidade como "um dos grandes desafios que o Montijo se propõe já em 2003"



Sublinhando a importância do projecto para a dinamização da economia local, a autarca lembrou que as microempresas foram apontadas como "a espinha dorsal da economia

da Europa" por uma Carta Europeia firmada em 2000, frisando ainda que "o Montijo tem uma história própria e este nível, pois sempre teve sustentabilidade económica".

ÉVORA

AUTARQUIA AVANÇA COM REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Com vista à valorização do centro histórico de Évora, a Câmara Municipal local retomou as obras nesta zona da cidade que se vão prolongar por 90 dias.

O presidente da autarquia, José Ernesto Oliveira, assumiu que os transtornos provocados pelas obras são o "preço a pagar para requalificar a cidade", assegurando que a acção vai ser

realizada em proximidade com os comerciantes.

"A empreitada será aproveitada para se fazer a instalação da rede de gás no local, a par da renovação da rede de saneamento básico", esclareceu o autarca socialista, assumindo ser esta uma operação "complexa, mas que permite, de uma vez só, deixar tudo concluído.

AVEIRO

CÂMARA RECLAMA NOVOS ACESSOS PARA O CONCELHO

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro considera "prioritária" a construção de uma nova ponte de acesso aos campos do Baixo Vouga, para substituir a travessia que a autarquia vedou ao trânsito por questões de segurança.

Segundo o autarca socialista, Alberto Souto "seria incompreensível que o Governo reparasse outras pontes no País antes de resolver o problema da ponte do Outeiro, em Cacia", uma vez que a construção de uma nova travessia já figura numa resolução da Assembleia da República.

Neste contexto, o edil manifestou-se esperançado de que o financiamento para esta obra será encontrado a "muito curto prazo", permitindo que os trabalhos possam arrancar "logo que o tempo esteja em condições".

Entretanto, o presidente da Câmara de Aveiro revelou que a segunda versão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projecto de "Requalificação da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe" "não foi chumbada" pelo Instituto do Ambiente, lembrando contudo que "há algumas questões técnicas que têm de ser esclarecidas até Março".

Recorde-se que este é um projecto reclamado há décadas pela população de Cacia, e que está orçado em 12,5 milhões de euros.

Alberto Souto, que realiza durante esta semana uma "presidência aberta" em Cacia, denominada "Cacia - Capital do Concelho", prometeu ainda estudar a possibilidade de instalar, naquela freguesia, um parque de viaturas de grande dimensão, em função das necessidades decorrentes da sua forte componente industrial.



NOVA EDIÇÃO

PORTUGAL SOCIALISTA

Já disponível em

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/>

É fundamental que num processo como a da concretização em Portugal do Pacto de Estabilidade e Crescimento não se mine a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos se defenda a estabilidade social e se promova a actividade económica e o emprego.

1. Terá causado satisfação, surpresa ou até suscitado algumas reservas a posição assumida pelo PS no recente debate parlamentar do Programa de Estabilidade e Crescimento. Convirá clarificar o sentido das posições assumidas, o significado e o conteúdo das críticas formuladas, os objectivos comuns com outras forças políticas e as respectivas divergências.

Para o Partido Socialista, é fundamental não só proceder-se a uma leitura inteligente do Pacto como promover a sua reavaliação no plano europeu, no sentido de ser dinamizado o crescimento e reforçada a coesão económica e social da União Europeia, sem prejudicar o processo de consolidação financeira, a caminho do equilíbrio das finanças públicas.

Todo o processo de criação do euro foi muito influenciado por concepções monetaristas e liberais, despídas de preocupações sociais e de desenvolvimento económico. É claro que essa criação era indispensável para o avanço do processo político, económico e social de construção europeia. E é nesse sentido que tem de ser encarado o Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou seja como indispensável para a articulação das áreas político-financeiras com o inadiável crescimento económico.

Entretanto, a evolução da conjuntura económica europeia e mundial tem criado dificuldades à generalidade dos Estados-membros da União Europeia, o que motivou em boa parte o adiamento para 2006 da data em que deverá ser atingido o equilíbrio das finanças públicas em cada um dos países membros do euro.

2. Parece importante que o PS defenda sistematicamente perante todos os portugueses a importância de compatibilizar o seu empenhamento na obtenção do equilíbrio orçamental com a estratégia que defende para o desenvolvimento económico e social do país.

A consolidação orçamental que o PS defende não vai pelos caminhos que o Governo PSD/CDS tem seguido, mas obedecendo sim à sua linha política de actuação que foi reflectida nas propostas apresentadas à Assembleia da República. Ora, tendo os partidos da maioria parlamentar (e em metade dos pontos apresentados pelo PS, todos os partidos parlamentares) aprovado o que foi proposto, a Assembleia ficou, no seu conjunto, responsável pelo cumprimento das orientações que votou (em cinco pontos, por unanimidade).

3. É fundamental que num processo como a da concretização em Portugal do Pacto de Estabilidade e Crescimento (concretizado no nosso país através de um Programa para 2003-2006 e a cujas linhas de orientação o PS não deu o seu acordo na Assembleia) não se mine a confiança dos

O PS E O PEC

cidadãos e dos agentes económicos, se defenda a estabilidade social e se promova a actividade económica e o emprego.

É ainda importante que essa política de consolidação orçamental obedeça a uma estratégia que assegure a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Ora, a modernização da Administração Pública deve também integrar uma avaliação dos resultados obtidos e reconhecidos. Neste contexto, o PS não pode deixar de evidenciar a sua preocupação com a perspectiva que o Governo tem posto em prática no que toca à Administração Pública, onde se verifica a ausência de um projecto reformador.

4. A prevenção e o combate à fraude e evasão fiscais, bem como o alargamento da base tributária são essenciais para a própria modificação da atitude dos cidadãos e das empresas face ao sistema tributário. O reconhecimento, neste contexto, pela Assembleia da República (na sua totalidade) desta prioridade absoluta é prenhe de significado. Como o é a reafirmação por unanimidade parlamentar da necessidade de assegurar níveis estáveis e significativos de investimento público, instrumento fundamental para, no horizonte do PEC, garantir a absorção dos fundos estruturais comunitários, acelerar a modernização infraestrutural e promover a convergência real com a União Europeia.

5. Em conclusão, foi importante que dez dos onze pontos aprovados na resolução parlamentar correspondessem a propostas do PS. Certamente, não só as forças políticas como a opinião pública nacional e as instâncias da União Europeia acompanharão cuidadosamente o cumprimento (e o incumprimento) da resolução pelo actual Governo, como o significado desta deliberação em boa parte aprovada por todo o Parlamento exprime um empenhamento, que se quer comum, das diferentes forças políticas, nos processos indissociáveis de construção europeia e de desenvolvimento económico e social nacional.



JOEL HASSE FERREIRA

A organização e gestão da administração pública é mais uma área prioritária em que teremos que testar a nossa capacidade estratégica.

Ao que parece, "Temos funcionários públicos a mais", "a despesa social é excessiva" e "na administração pública as promoções são automáticas". São algumas ideias feitas com grande aceitação na opinião pública e na imprensa. Na verdade, a percentagem de trabalhadores da administração pública na população activa está na média da UE e as despesas sociais também (e, dado o nosso atraso, ainda têm que crescer). Por outro lado, formalmente, as promoções passam por concurso e pela própria avaliação dos dirigentes. Se os funcionários são avaliados por igual, o problema não é deles, mas da falta de incentivos a uma avaliação rigorosa.

Os problemas estruturais da administração pública portuguesa são outros, estão há muito identificados e são, aliás, comuns aos restantes países da Europa do Sul. Há um excesso de legalismo: basta dizer que a compilação da legislação sobre a função pública é conhecida como "A Gordá". Não há mobilidade: há funcionários a mais nuns sítios e a menos noutros. O corporativismo é a regra: os médicos controlam a saúde e os professores a gestão das escolas, chegando-se mesmo ao caricato de ver a aprovação dos novos cursos condicionada à boa vontade de funcionários e alunos. Como se isto ainda não bastasse, ainda temos a ineficácia e a corrupção, traduzidas na incapacidade da administração tributária, nos sacos azuis e na economia paralela.

Com o tempo, estes diagnósticos têm influenciado uma progressiva evolução na cultura política dos partidos de governo em Portugal, que vai no sentido da substituição da administração "burocrática" por uma administração "gestionária". Com efeito, na última década, assistimos a melhorias significativas na relação entre a administração, os cidadãos e as empresas (Loja do Cidadão, p.e.). No entanto, o taticismo eleitoralista e a instabilidade ministerial fizeram com que, no essencial, e apesar das novas dimensões do Estado, os actuais métodos de organização e gestão da administração central não se distingam muito dos do século XIX.

A este propósito, num artigo publicado na última edição do "Expresso" o Presidente Jorge Sampaio apontou duas questões fundamentais para a reforma administrativa: por um lado, a necessidade de "impregnar nas estruturas e práticas administrativas (...) uma cultura de continuidade, que não se submeta às contingências das alterações dos governos ou das tónicas partidárias"; e, por outro, a adopção de "processos e técnicas da gestão empresarial privada, sempre que sejam compatíveis com os desígnios dos serviços públicos" (o sublinhado é meu). Ora, também neste domínio, o Governo tem feito tudo ao contrário: num misto de salazarismo financeiro (Manuela Ferreira Leite) e de neoliberalismo desajeitado (Luís Filipe Pereira, p.e.), quer "governar contra o PS", reduz a reforma administrativa a um problema de mercearia e aplica, sem estudo, experimentação ou concertação prévia receitas anglo-saxónicas de Reagan e Thatcher. Em vez de descentralizar e delegar competências em gestores competentes e

TRAGAM O PANO DO PÓ

politicamente responsáveis, o Governo limita-se a substituir médicos e professores por amigos e familiares da coligação aumentando-lhes os ordenados antes de se verem os resultados. Em vez de aperfeiçoar o sistema de avaliação interna (dos dirigentes) e externa (dos cidadãos) dos serviços, o Governo congela admissões e aposentações, troca promoções por aumentos, leva meses a alterar leis orgânicas, e associa, nos seus documentos, a avaliação do desempenho à sagrada "poupança" - isto com a agravante de informar os representantes dos interessados sistematicamente através das primeiras páginas dos jornais. Só o director do "Público" é que consegue ver nisto uma reforma administrativa.

Não é difícil adivinhar que, no final de todo este "processo revolucionário", teremos funcionários cada vez mais desmotivados e uma reforma administrativa por fazer. O voluntarismo privatístico é tal que corremos mesmo o risco de ver degradar ainda mais a qualidade, e mesmo a saúde financeira, dos serviços de saúde e ensino.

É para uma herança deste tipo que o PS tem que se preparar. A organização e gestão da administração pública é mais uma área prioritária em que teremos que testar a nossa capacidade estratégica. Confrontados com o ritmo da agenda diária do Governo - que, ao contrário da oposição, conta com dezenas de assessores de imprensa -, corremos o risco inicial de deixar passar a imagem que, numa semana, queremos "vir para a rua lutar" e, na semana seguinte, refazer o "bloco central".

É por isso que é urgente termos uma agenda política própria que antecipe e estabilize as grandes linhas do nosso programa de Governo. Neste plano, uma política de centro-esquerda terá de evitar, simultaneamente, o conservadorismo dos sindicatos e ordens (sem hostilidades gratuitas) e o voluntarismo daqueles que tudo querem privatizar (sem evitar, dogmaticamente, o recurso a vários métodos aplicáveis da gestão privada). Para recomeçar, não precisamos de inventar ou importar nada: basta que revisitemos as pilhas de relatórios oficiais, perfeitamente actuais, sobre reforma da organização e gestão pública, que foram ficando nas gavetas das repartições públicas. Convém é trazer o pano do pó.



FILIPE NUNES

VISTO DE BRUXELAS

O "ÊXITO" DA MINISTRA!



MANUEL DOS SANTOS

O ano de 2003 não poderia ter começado melhor para o Governo e, muito em especial, para a sra. ministra das Finanças.

Contra todas as expectativas, incluindo as da própria titular da pasta, o Governo terá arrecadado com o "perdão" uma receita fiscal extraordinária superior a 1300 milhões de euros. Esta quantia significa cerca de 1 por cento do PIB português, o que quer dizer que, não havendo surpresas muito desagradáveis, o objectivo de fixar o défice orçamental de 2002 abaixo dos 3 por cento está virtualmente conseguido. Muito mau será, como lembra o governador do Banco de Portugal, que este valor não seja conseguido.

O PS congratulou-se com o resultado da operação, embora sublinhando que o mesmo não corrige nada no que diz respeito ao défice estrutural.

Confesso a minha dificuldade em reconhecer-me na congratulação expressa pelo partido e explico porquê.

O perdão fiscal aprovado pelo Governo não tem nenhuma razão de ser nem justificação económica válida e constitui uma injusta e perigosa penalização dos contribuintes cumpridores.

Ao contrário do que afirma o Governo, esta desastrosa operação de puro encaixe financeiro causou e causará, no futuro imediato, danos irreparáveis na relação que se deseja sadia entre o cidadão contribuinte e a administração fiscal.

Ao decidir, sem outro critério que não fosse o da mera conveniência de tesouraria, abdicar de uma parte dos créditos que lhe são devidos (os juros), o Governo lesou o Estado e delapidou um património sem que, para tal, possua qualquer mandato ou competência.

O resultado financeiro desta operação - tão louvada pela sra. ministra - é também um bom exemplo da natureza perversa desta medida do Governo.

A julgar pelo que se conhece, terão sido recuperados cerca de 1300 milhões de euros, qualquer coisa como 260 milhões de contos, provenientes da regularização tributária efectuada por cerca de 300.000 contribuintes.

A sra. ministra viu mesmo neste último número (300.000) o sinal evidente (!!!) de que os cidadãos estavam em vias de se reconciliar com o fisco.

O valor recuperado representa menos de 10 por cento do valor das contribuições em dívida e não

O perdão fiscal aprovado pelo Governo não tem nenhuma razão de ser nem justificação económica válida e constitui uma injusta e perigosa penalização dos contribuintes cumpridores.

sendo provável que existam ainda 2.700.000 contribuintes em falta (nove vezes o número que agora regularizou a situação) os números significam, inequivocamente, que foram apenas os pequenos e médios contribuintes (pessoas singulares e empresas) que responderam à política do Governo.

E fizeram-no, não porque subitamente tivessem adquirido uma apurada consciência cívica, mas porque temeram as consequências da política fiscal persecutória, cega e injusta que o Governo protagoniza.

Ao citar pela via administrativa, de forma generalizada e indiscriminada, uma enorme quantidade de cidadãos e empresas, supostamente devedores ao fisco, o Executivo criou um clima de medo e daí decorreu que fossem os mais pequenos e frágeis os primeiros a tentar resolver a situação.

Curiosamente o artífice destas notificações foi o actual director-geral de Contribuições e Impostos que, antes, desempenhou o cargo de provedor dos Contribuintes.

Há de resto boas informações que permitem concluir que uma boa parte das regularizações verificadas foi concretizada por recentes, ou seja não relapsos, devedores ao fisco.

Recentes devedores ao fisco que lutam desesperadamente para sobreviver, num clima de estagnação económica, com a pressão financeira decorrente dos pagamentos por conta que o actual Executivo lhes exige.

Quanto aos grandes devedores e aos devedores relapsos, os números são suficientemente significativos e não permitem alimentar qualquer ilusão ou optimismo.

A luta contra a evasão e fraude fiscais começa no comportamento da administração, na vontade política em punir os infractores e na natureza dos instrumentos colocados ao serviço do Estado para defender os seus interesses financeiros que são afinal os interesses de todos os cidadãos.

Um Governo que recusa, liminarmente, flexibilizar o segredo bancário, porque não acredita na honestidade dos agentes da administração fiscal, não é um Governo que tenha uma política coerente e consequente contra a evasão e a fraude.

Um Executivo que renega as suas promessas em matéria de fiscalidade e resolve os problemas que ele próprio cria, pela via do facilitismo e do voluntarismo injusto, não dá garantias de poder vencer, a curto prazo, esta batalha.

Não haverá, portanto, grandes motivos com os quais nos devamos congratular.

O relatório trimestral do Banco de Portugal agora divulgado e as previsões económicas que contém são preocupantes e demonstram inequivocamente que o grande teste deste Governo não era o ano de 2002; é, sim o ano de 2003.

As declarações do dr. Vitor Constâncio, cautelosas como sempre, não poderiam ser mais claras.

O próximo ano será um ano de enormes dificuldades e quem as sentirá serão, em primeira mão, os trabalhadores.

O reequilíbrio financeiro é o mais fácil; apenas exige, como se viu este ano, imaginação e desfaçatez; a recuperação económica do País é o mais difícil pois exige políticas adequadas e boa governação.

Não parece que este Governo mereça sequer o benefício da dúvida.

SINTRA – UM ANO DEPOIS



EDITE ESTRELA

Um ano decorrido, um ano perdido. Esta é a formulação que melhor sintetiza a actividade municipal desenvolvida pelo novo Executivo da Câmara Municipal de Sintra. Um ano já permite fazer uma avaliação correcta do desempenho de um órgão de gestão. Do que foi feito (praticamente nada) e do que ficou por fazer (praticamente tudo). Do que foi prometido e do que foi cumprido.

Em entrevista ao jornal "A Capital", publicada no passado dia 13, o presidente da Câmara não podia ser mais claro quanto aos sentimentos que o animam: "Se soubesse o que sei hoje não me teria candidatado". A que se deve tão profundo arrependimento? Na mesma entrevista, o desmotivado edil dá a justificação: "Porque Sintra é um concelho complexo (...) A realidade de Sintra exige outro tipo de administração local, outra lógica de relações entre o poder local e o central. (...) Os

"lobbies", as teorias de influência, a limitação da autonomia da decisão, aqui está tudo. Por isso a gestão da Câmara de Sintra é das mais exigentes de Portugal. Tem que ter, simultaneamente, capacidade de análise, perspectiva sistémica nacional e, já agora, alguma resistência psicológica".

Características que, "já agora", o edil reconhece não ter. E revela também que desconhecia a realidade do concelho a que se candidatou. Por isso está arrependido. Porque foi eleito e não se sente preparado para tão grande desafio. Mas melhor fora que estivesse arrependido da sua leviandade e de ter brincado com a confiança das pessoas.

Toda a gente sabe que o Dr. Fernando Seara não se cansa de dizer que não desejava ganhar as eleições e que a sua vitória foi um «equivoco do eleitorado». Com tal estado de espírito e nenhuma motivação, os resultados da governação não podem ser bons. E, de facto, são muito maus. O sentimento de desencanto e frustração do presidente em relação ao concelho é, aliás, idêntico ao dos munícipes em relação a ele.

Toda a gente sabe que o Dr. Fernando Seara não se cansa de dizer que não desejava ganhar as eleições e que a sua vitória foi um «equivoco do eleitorado».

Segundo um estudo de opinião, publicado no dia 14 de Dezembro no jornal "Público", "a maioria dos eleitores de Sintra está céptica quanto à capacidade de o novo poder autárquico concretizar as suas promessas eleitorais". E o principal sentimento que os inquiridos manifestam pelo novo presidente é indiferença. Que é o pior que pode suceder a um autarca em início de mandato. O que confirma a tese do "equivoco".

Uma pessoa, que insiste em dizer que não queria ser eleito, que se soubesse o que sabe agora não se teria candidatado, não é seguramente o presidente de que o concelho de Sintra precisa. Sintra precisa de um presidente a tempo inteiro, em exclusividade, motivado, empenhado, entusiasmado, que tenha um projecto para desenvolver aquele que é o segundo maior Município.

O presidente da Câmara recorda que fez poucas promessas eleitorais. O que não é bom nem mau em si. Só é mau quando se promete pouco e se faz ainda menos, como é o caso.

Na campanha eleitoral, prometeu "uma piscina em cada freguesia". Acontece que o valor previsto para esse fim, no Orçamento Municipal para 2003, dá apenas para meia piscina. Como são 20 as freguesias, por este ritmo, precisará de 40 anos para cumprir a promessa. E quanto às ciclovias, dos 80 km prometidos nem sequer 80cm foram concursados, quanto mais construídos.

Um ano passou e foi «um ano perdido», como escreveu Luís Martins, em 27 de Dezembro passado, no "Jornal de Sintra" porque "a Estefânea está de cara lavada, mas Seara nada tem que ver com isso; a Portela ganhou uma nova centralidade, mas Seara nada tem que ver com isso; Sintra vai ter um Palácio da Justiça, mas Seara nada tem a ver com isso; a Universidade Católica avança no Cacém, mas Seara nada tem a ver com isso; Queluz vai ter uma nova biblioteca municipal e a Vila vai ter finalmente a biblioteca Mantero, mas Seara nada tem a ver com isso". E refere ainda o "Pólis" para o Cacém, o alargamento do IC19, a casa das selecções e poderia nomear outros projectos e obras em curso com as quais "Seara nada tem a ver". Por exemplo, a esquadra da PSP em S. Marcos, o lar de idosos da ARPIAC (na cidade de Agualva-Cacém), as obras na EN9 entre o IC16 e Fervença e nas vias entre Fervença, Vila Verde e Terrugem, ou na EN249-3, as novas instalações da Escola de Recuperação do Património de Sintra, a requalificação do Bairro Almeida Araújo, os parques urbanos, as escolas, os pavilhões gimnodesportivos.

É assim que, por causa de uma leviandade, milhares de pessoas são prejudicadas. É assim que, por causa de um acto irreflectido, se perdem oportunidades de desenvolvimento. Foi assim que este primeiro ano foi, de facto, um ano perdido.

AS TIC E AS MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA!!!

Encontra-se em fase de discussão pública a Reforma do Ensino Secundário (ES). Trata-se de um documento que vem substituir aquele que havia sido criado pelo Governo socialista e que vinha proceder a uma Reorganização Curricular do ES, fazendo com que esta importante reforma fosse adiada por mais uns tempos.

Mas a espera seria positiva se se descortinassem alterações de fundo que trouxessem vantagens e grandes melhorias ao que estava previsto na versão anterior. Ora, no meu entender, a nova proposta vem mesmo trazer prejuízos e mais problemas às escolas, aos professores e até aos próprios alunos. No entanto, desta vez, direi com sinceridade que me parece intelectualmente bem mais correcta e honesta esta atitude do que aquela que havia sido tomada por este mesmo Ministro da Educação, a propósito da Reorganização Curricular do Ensino Básico (EB). Nesse processo, o senhor ministro da Educação não suspendeu nem revogou o diploma que vem implementar esta reforma (DL n.º 6/2001) mas, pior do que isso, desvirtuou-o com medidas avulsas, economicistas e completamente desenquadradas com o espírito que norteou a Reorganização do EB.

Um aspecto novo na proposta de Reforma do ES actualmente em discussão (e que foi também introduzido no EB) foi a criação de uma nova disciplina no 10.º ano de escolaridade chamada Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Isto quer dizer que a generalidade dos alunos, nos 9.º e 10.º anos de escolaridade vão ter, como têm Português, Matemática ou Inglês, uma nova disciplina onde, supostamente, aprenderão a usar uma folha de cálculo, um processador de texto ou a navegar na Internet. Acontece que a generalização e massificação do uso das TIC pela população portuguesa não se consegue com medidas deste tipo. Bem pelo contrário! Com esta medida o processo pode estar definitivamente comprometido, pelo menos se pretendermos levar a efeito um combate sério à info-exclusão. Senão vejamos. O facto de haver uma disciplina com tais características, faz com que os meios informáticos disponíveis nas escolas sejam canalizados, obviamente, para a docência dessa disciplina. Um professor de Matemática, de Português ou de Físico-Química que pretenda fazer uma abordagem de uma determinada questão através de meios informáticos, vai ter, como é lógico, mais dificuldade de acesso a esses meios, que são limitados, disponíveis nas nossas escolas. Por outro lado, os Clubes de Informática e de Internet existentes em muitas Escolas portuguesas que, esses sim, são imprescindíveis para a divulgação e massificação das TIC junto não só dos alunos mas também da restante comunidade escolar, vão, como é lógico, ter ainda mais obstáculos ao seu funcionamento.

Mas essa disciplina vem ainda criar mais desigualdades entre os alunos, facto que, no que diz respeito à igualdade de oportunidades na escolaridade básica e obrigatória, se reveste da maior importância. Isto porque, ao nível dos trabalhos de casa ou do estudo propriamente dito para essa disciplina, os alunos que têm computadores em sua casa terão, claramente, vantagem relativamente aos que não têm. Se estes pretenderem usar os computadores da escola para tais tarefas, vão ter grandes dificuldades uma vez que as máquinas estarão ocupadas para as aulas de outras turmas.

Os alunos, na sua grande maioria, já sabem usar computadores, já sabem navegar na Internet e escrever um texto, mesmo que não tenham uma máquina em sua casa. Os que não sabem, têm uma grande predisposição para o fazerem e não se adivinham grandes dificuldades para a dita aprendizagem quando passarem a utilizar meios informáticos. No entanto, os alunos, na sua grande maioria, não usam os computadores na sala de aula nem no próprio estudo, na abordagem de matérias das várias

disciplinas e isto é que é preciso mudar. Ser competente no uso das TIC não se consegue com uma disciplina como aquela que se pretende instituir. A competência no uso das TIC consegue-se através da disponibilização a todos os alunos de meios informáticos nas escolas, para o desenvolvimento de determinadas actividades no âmbito de todas as disciplinas, dentro e fora da sala de aula. A generalização transdisciplinar da utilização de meios informáticos é essencial para que, de facto, se proceda a uma aposta verdadeira no desenvolvimento, em todos os alunos, de competências no âmbito das TIC. As escolas precisam, evidentemente, de ser dotadas de mais equipamentos informáticos. Mas precisam, acima de tudo, que tais equipamentos estejam à disposição permanente dos alunos, professores, funcionários não docentes e dos encarregados de educação. A massificação do acesso às TIC poderia ter muito a ganhar, por exemplo, com a criação de equipamentos do tipo Espaços Internet que estão a ser implementados no país, ao abrigo de uma medida criada pelo Governo socialista e que permitem aos cidadãos acederem, gratuitamente, a um computador com ligação à Internet. A dinamização de Clubes com estes objectivos que, obviamente, precisa de meios, poderia, de facto, ser uma boa aposta. A disciplina proposta não tem, por conseguinte, qualquer razão de ser. Acho que, inclusivamente, prejudicará a prossecução dos objectivos de quem a pretende criar. Termos cidadãos mais competentes na utilização das TIC não dependerá, no meu entender, da criação desta disciplina. Bem pelo contrário!!! Ou será que foi preciso haver disciplinas no Ensino Básico ou Ensino Secundário para que as pessoas passassem a usar os terminais multibanco, os telemóveis ou as máquinas de lavar roupa?

LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

As escolas precisam, evidentemente, de ser dotadas de mais equipamentos informáticos. Mas precisam, acima de tudo, que tais equipamentos estejam à disposição permanente dos alunos, professores, funcionários não docentes e dos encarregados de educação. A massificação do acesso às TIC poderia ter muito a ganhar, por exemplo, com a criação de equipamentos do tipo Espaços Internet que estão a ser implementados no país, ao abrigo de uma medida criada pelo Governo socialista e que permitem aos cidadãos acederem, gratuitamente, a um computador com ligação à Internet. A dinamização de Clubes com estes objectivos que, obviamente, precisa de meios, poderia, de facto, ser uma boa aposta.

REVISTA DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL

Cadernos Municipais

FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL

AV. DAS DESCOBERTAS 17 - RESTELO - 1400-091 LISBOA - T 213013534 F 213015857

A SEMANA PREVISTA

ACÇÃO SOCIALISTA
INFORMAÇÕES ÚTEIS

Com a presença do secretário-geral do PS, realiza-se em Roma de 19 a 21 de Janeiro, a reunião do Conselho da Internacional Socialista. Ferro Rodrigues irá centrar a sua intervenção nas questões dos fóruns económico e social com especial enfoque na defesa de uma regulação inteligente da globalização.

É debatido na próxima quarta-feira na Assembleia da República o projecto-lei do Partido Socialista sobre bases do serviço de registos e notariado.

Também na quarta-feira terá lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do Partido Socialista, realiza-se durante a próxima semana uma reunião sectorial sobre Cooperação e Fiscalidade.

Com o voto contra do Grupo Parlamentar do PS, é hoje votado na generalidade o Código do Trabalho, no plenário da Assembleia da República.

A liderança de Ferro Rodrigues à frente do Partido Socialista fará um ano na próxima segunda-feira, dia 20 de Janeiro.

FEDERAÇÕES DO PS

ALGARVE
TEL 289 82 50 81 FAX 289 81 33 61

AVEIRO
TEL 234 42 83 35/12 / 13 FAX 234 42 83 35

BRAGA
TEL 253 21 76 36 FAX 253 61 66 32

COIMBRA
TEL 239 82 39 11 FAX 239 82 63 29

LISBOA
TEL 21 346 19 65 / 21 346 88 86
FAX 21 342 18 20 / 21 346 20 46

PORTO
TEL 226 05 19 80 FAX 226 05 19 89

SANTARÉM
TEL 243 32 15 44/5/6 FAX 243 32 25 44

SETÚBAL
TEL 265 22 79 98 FAX 265 23 02 90

VISEU
TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33

AÇORES - S. MIGUEL
TEL 296 28 64 91

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogomes@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**

E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa